

LT-33a

Duplicado

FLEXÃO DO VERBO NO IMPERATIVO NEGATIVO EM PORTUGUÊS
POR ESTUDANTES DO CURSO NOCTURNO
DE MAPUTO

Dissertação apresentada em cumprimento dos
requisitos exigidos para o grau de Licenciatura em
Linguística da Universidade Eduardo Mondlane por
Marcos Francisco Gololombe, Departamento de Letras
Modernas, Faculdade de Letras, Universidade Eduardo
Mondlane, Maputo, Moçambique.

I Volume

01367.625
G. 627f

C. LETRAS U. E. M.	
R. E.	24200 04
DATA	26/Julho 1995
AQUISIÇÃO	Letras
COTA	LT-33a

LT-33a

Junho, 1991

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência, para a obtenção de qualquer grau e que ela constitui o resultado da minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

DEDICATÓRIA

- A Dra Inês Machungo
- Ao Dr. Armindo Ngunga
- A Dra Maria João Carrilho
pelo seu saber, pela sua paciência e pelas
sugestões sempre oportunas que puseram à mi-
nha disposição;
- A S.Excia Ministro da Educação
- Ao Exmo Senhor Inspector Chefe Nacional
pelas facilidades concedidas para a elabora-
do presente trabalho;
- A Adelina, Ivan, Célia, Nelson e Felicidade
pela sua compreensão, carinho e encorajamen-
to constantes;
- Aos estudantes da 10ª classe, turmas 3 e 6 do Curso
Nocturno da Escola Secundária Josina Machel;
- A Exma Senhora Inês
pela sua participação muito directa na
produção deste resultado;
- Enfim...a todos que de qualquer outra maneira também
deram a sua contribuição.

SINCEROS AGRADECIMENTOS.

S U M Á R I O

A presente dissertação é uma componente do Trabalho de Diploma que se realiza como exigência parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Linguística na Universidade Eduardo Mondlane.

Nela abordam-se problemas relacionados com a flexão do verbo na forma negativa do modo imperativo em português, verificados em estudantes do curso nocturno de Maputo, com um nível académico de 9ª classe.

Partindo-se dos estudos já realizados sobre o imperativo, por autores de diferentes épocas e diferentes abordagens, analisam-se os dados colhidos numa testagem efectuada a uma amostra com características já mencionadas.

Dos resultados obtidos na análise aos dados, tiram-se algumas conclusões e apresentam-se, por fim, sugestões e recomendações no sentido de superação dos problemas analisados, bem como para o aprofundamento do estudo dos mesmos.

Deste modo, esta dissertação compõe-se das seguintes partes essenciais:

No primeiro capítulo apresenta-se o problema que se pretende analisar, a importância e o objectivo da análise e a metodologia a empregar-se nesta.

No segundo capítulo, procede-se a uma revisão da bibliografia relacionada com o problema em estudo, particularmente o imperativo.

No terceiro capítulo, descreve-se e justifica-se de detalhadamente a metodologia seguida na investigação, assim como as características da amostra seleccionada.

No quarto capítulo descrevem-se e analisam-se os resultados obtidos na investigação e, por último, no quinto capítulo, apresentam-se as conclusões, as sugestões e recomendações finais.

LISTA DE CONTEÚDOS

CAPÍTULO I (INTRODUÇÃO).....	6
CAPÍTULO II (REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA).....	8
1-As diferentes concepções do imperativo.....	8
1.1-0 imperativo em latim.....	8
1.2-0 imperativo em português.....	10
1.3-0 imperativo como modo verbal.....	14
1.4-0 imperativo como frase.....	19
2-Flexão do verbo no modo imperativo.....	25
CAPÍTULO III (METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO).....	31
1-Seleção da amostra.....	31
2-Testagem.....	33
CAPÍTULO IV-(ANÁLISE E RESULTADOS).....	39
1-Análise da flexão dos verbos de tema em A.....	39
1.1-Regulares.....	39
1.2-Irregulares.....	41
2-Análise da flexão dos verbos de tema em E.....	44
2.1-Regulares.....	44
2.2-Irregulares.....	46
3-Análise da flexão dos verbos de tema em I.....	48
3.1-Regulares.....	48
3.2-Irregulares.....	51
4-Análise dos dados.....	53
4.1-Pessoa gramatical com melhor índice.....	53
4.2-Os problemas na flexão do Imperativo negativo.....	54
5-Hipóteses de explicação das ocorrências.....	57
5.1-Resultados obtidos em relação ao tema verbal.....	57
5.2-Em relação à flexão verbal.....	58
5.3-Sobre as pessoas e números.....	59
5.4 -Influências de outros modos verbais.....	61
6-Sumário.....	62
CAPÍTULO V (CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES).....	63
NOTAS.....	68
ANEXOS.....	69
Anexo 1-a).....	70
Anexo 1-b).....	72
Anexo 2-a).....	73
Anexo 2b).....	75
Anexo 3.....	76
BIBLIOGRAFIA.....	78
ERRATA.....	80

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

O problema da flexão do verbo na forma negativa do imperativo em português, por falantes moçambicanos é do conhecimento geral. Contudo, ele não tem despertado a necessária atenção, já que a língua portuguesa, sendo uma segunda língua para a maioria dos moçambicanos, é a mal falada.

Apesar do facto referido, o português é a língua da unidade nacional e constitui não só matéria de ensino como também o próprio veículo desse mesmo ensino, nas escolas moçambicanas. Por isso, haverá razões suficientemente consistentes para que, após nove anos de estudo dessa e nessa língua e muitas vezes utilizando-a frequentemente fora da escola, aspectos essenciais dela continuem a ser mal realizados.

O objectivo do presente trabalho é, pois, identificar, antes de mais, as causas que originam a flexão incorrecta do verbo no imperativo negativo por estudantes com nível académico de 9ª classe e a partir dessas causas, buscarem-se alternativas para um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz e uma realização mais correcta de enunciados de expressão de ordem com verbo no imperativo negativo.

Para se alcançar os objectivos preconizados, partir-se-á da verificação da hipótese de que a flexão incorrecta de verbos no imperativo negativo resulta, por um lado, de uma sobregeneralização das regras de formação de presente do indicativo e por outro da incompleta aplicação das de formação do imperativo negativo.

Poder-se-ia colocar também a hipótese da influência das línguas maternas, mas dada a complexidade que tal estudo envolve, essa hipótese não constituirá tema de investigação do presente trabalho.

Esta omissão prende-se ao facto de existir uma grande diversidade de línguas faladas em Moçambique, por um lado, e por outro, de os condicionalismos inerentes à elaboração do trabalho não permitirem que se realize

um estudo comparativo suficientemente profundo entre o português e as línguas moçambicanas.

Para a realização da investigação, utilizar-se-á uma amostra composta por estudantes da 10ª classe do curso nocturno de uma escola de Maputo. A essa amostra administrar-se-ão testes que permitam revelar a capacidade de flexão de verbos no imperativo negativo. Serão igualmente utilizados inquéritos que tornem possível o conhecimento de situações particulares dos inquiridos caso isso se imponha.

Com esta testagem, espera-se poder verificar a forma como os inquiridos flexionam os verbos no modo visado isto é, se essa flexão sofre alguma influência do seu conhecimento das formas flexionais do presente do indicativo, ou se resulta da aplicação incompleta das regras de formação desse modo.

A importância deste trabalho reside no facto de, por um lado, poder abrir caminho para uma posterior investigação mais profunda e, conseqüentemente, de resultados mais seguros; por outro, constitui um contributo para o estudo que eventualmente se pretenda realizar sobre a variante do português falado em Moçambique.

Finalmente, o trabalho também tem importância no âmbito do processo de ensino-aprendizagem do português nas escolas. Permitindo a identificação e a superação das causas que impedem a realização mais correcta de enunciados com verbo no imperativo negativo, contribuirá para que o esforço despendido nesse ensino-aprendizagem se torne menos penoso

CAPÍTULO II
REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

No capítulo precedente, indicou-se como objectivo do presente trabalho, a busca de uma explicação para a flexão incorrecta dos verbos no imperativo negativo que falantes moçambicanos, com um nível de escolarização igual à nona classe geralmente realizam. Sendo assim, torna-se importante que, antes de mais, se faça uma revisão do que a respeito do imperativo foi estudado ao longo dos tempos, começando-se pelo latim, língua que deu origem ao português. Esta revisão pode permitir a observação da evolução operada, e eventualmente esclarecer alguns fenómenos que se manifestam no processo de realização de enunciados directivos, em Moçambique.

1-As diferentes concepções do imperativo

1.1-O imperativo em latim

De acordo com FREIRE (1983), a noção de imperativo em latim envolvia todas as frases, que exprimissem as modalidades de ordem ou de proibição, independentemente do modo verbal em que o verbo principal dessas frases se encontrasse. Assim, a expressão de ordem podia realizar-se através de verbos no:

a) imperativo presente, para indicar uma ordem cujo cumprimento se pretendia imediato, como na frase (1)

(1) Si stas, ingredere; si ingredieris, curre; si curres, advola. (Cic. Att. 2, 23)¹

(Se estás de pé, caminha; se caminhas, corre; se corres, voa.)

b) imperativo futuro, para a indicação de ordens tanto referentes ao futuro, como relacionadas com leis, testamentos e sentenças, como nas frases (2) e (3):

(2) Cum valetudini tuae consulueris, tunc consulito navigationi. (Cic. Fam. 16, 4)²

(Quando tiveres tratado da tua saúde, então pensa em embarcar.)

(3) Servus meus liber esto (testamento)

(Seja livre o meu servo.)



c) conjuntivo presente, para exprimir ordens dadas à primeira pessoa do plural e à terceira do singular, como nos exemplos (4) e (5).

(4) Nostra omnia relinquamus. (Cic. Att. 9, 19)

(Deixemos todas as nossas coisas.)

(5) Sit annulus tuus tanquam ipse tu. (Cic. ad Quint. Fr.)³

(Que o teu anel seja como a tua própria pessoa.)

d) futuro do indicativo, para a expressão de ordens na linguagem familiar, como na frase (6).

(6) Valebis, meaque negotia videbis (Cic. Fam. 7, 20)

(Goza de saúde e olha-me pelos meus negócios.)

Na expressão da proibição, usavam-se as mesmas formas já referidas, com algumas particularidades para certos casos, como o uso do imperativo presente apenas em verso, e do conjuntivo presente também na segunda pessoa, sobretudo quando se tratasse de sujeito indeterminado. O exemplo (7) mostra esta última particularidade:

(7) Ne expectetis (Ter. An. 980)⁴

(Não esperéis.)

A proibição também se podia exprimir através do perfeito do conjuntivo com a segunda pessoa e as partículas de negação ne, nihil, nemo, etc., como se ilustra em (8).

(8) Ne respexeris (Cic. ad Quint. Fr.)

(Não olhes.)

Resumindo, o imperativo em latim era concebido como uma frase que expressa uma ordem ou uma proibição independentemente do modo verbal do verbo principal dessa frase. Distinguiam-se três tipos de ordens ou proibições:

-de realização imediata;

-de realização futura;

formuladas em linguagem familiar.

Os destinatários das ordens ou proibições poderiam ser representados pelas segunda ou terceira pessoas do singular ou pelas primeira, segunda e terceira pessoas do plural.

Em latim, as formas verbais que exprimiam-proibi-

ções, portanto integradas em frases negativas, flexionavam-se da mesma forma que nas frases afirmativas.

A retrospectiva acabada de se proceder, mostra que já em latim, o imperativo era concebido mais como frase, do que apenas como modo verbal. Embora admitindo-se a existência de um modo verbal designado por "imperativo", através do qual se produziam enunciados de expressão de ordem, estes, porém, não se confinavam exclusivamente àquele modo verbal. Todos os enunciados que traduzissem a mesma modalidade de ordem ou proibição, fosse qual fosse o modo em que o respectivo verbo principal se encontrasse, enquadravam-se no conceito de imperativo.

Em português, como em seguida se vai analisar, só mais recentemente é que surge esta perspectiva latina de imperativo. Até aqui estava assente, como em alguns casos ainda está, a ideia de que só com o verbo no modo imperativo é possível a produção de um enunciado de expressão de ordem.

1.2-0 imperativo em português

Uma das perspectivas de abordagem do imperativo em português consiste em considerá-lo apenas como modo verbal. Por isso, para melhor compreensão desta abordagem, começar-se-á por uma revisão do que se entende por modo verbal.

1.2.1-Noção de modo verbal

As gramáticas de português apresentam diferentes definições de modo verbal, umas explicando-o a partir da forma tomada pelo verbo na sua expressão modal, outras baseando-se no sentido que essas formas envolvem.

Cunha(1986:386) é um dos autores que enveredam pela primeira via, quando define o modo verbal como "a forma que o verbo toma para indicar a atitude (de certeza, de dúvida, de suposição, de mando, etc., da pessoa que fala em relação ao facto que enuncia." Na mesma perspectiva, Salvador(1981:141) refere que "o modo, outra propriedade do verbo, marca as maneiras diferentes de traduzir uma acção". Muito próxima desta definição encontra-se a de Azeredo(1982:95) segundo a qual, "o modo é uma das pro-

priedades do verbo com que se traduz a forma como o emissor encara a acção a realizar".

De entre as definições que se baseiam no sentido que as diferentes formas modais envolvem, destaca-se a de Nunes et al. (1986:116), que apresenta o modo como "uma das seis categorias do verbo através da qual se indica a atitude do sujeito falante em relação ao facto enunciado." Por sua vez, Pinto (1987:88) defende que o modo é "uma maneira como encaramos um facto, seja ele acção, estado ou fenómeno expresso pelo verbo."

Um grupo de professores sob a direcção de Américo Areal (1972:151) entende que o modo é "a maneira como concebemos e apresentamos a acção, o estado, a qualidade expressos pelo verbo".

Em resumo, enquanto na primeira perspectiva apresentada se define o modo verbal sob o prisma da estrutura que o vocábulo verbal manifesta na sua representação de modo, na segunda, vai-se mais além, interpretando-se as intenções comunicativas que as formas modais encerram. Mas como se pode depreender, nenhuma delas se dissocia da forma verbal. Ambas centram as suas atenções no verbo, reconhecendo-o como o centro de qualquer possibilidade de exteriorização das intenções de comunicação. Esta perspectiva tem estado, porém, a ser contrariada mais recentemente, por outras definições que vêm a lume e que retiram ao verbo esse monopólio de expressão da modalidade, para atribuí-lo também a outras formas não verbais.

Entre os que perfilham esta última abordagem, distingue-se Lyons (1968) que analisa o modo em função da marcação da frase. Para este autor, as frases que estiverem "marcadas" pela atitude do locutor em relação ao que está dizer, encontrar-se-ão num determinado modo. Para este efeito, reconhece, a língua possui um conjunto de procedimentos gramaticais entre os quais a flexão verbal ou a modificação de verbos através de auxiliares, para realizar essa marcação.

Mira Mateus et al (1990) também admitem, tal como Lyons, a existência de outras possibilidades, que não só

o verbo, para se tornar explícita a atitude do falante em relação ao conteúdo do seu enunciado.

Considerando as diferentes modalidades que são traduzidas pelos falantes, os autores citados enumeram e definem diferentes tipos de modos verbais como em seguida se vai referir.

1.2.2-Tipos de modos verbais

Na perspectiva mais tradicionalista, aponta-se a existência de cinco modos verbais em português, nomeadamente o indicativo, o conjuntivo, o imperativo, o condicional e o infinitivo. Esta é a classificação apoiada por gramáticos como Areal (1972), Azeredo (1982) e outros.

Perfilhando a classificação anterior, chamando contudo a atenção para o facto de mais modernamente se considerar o condicional como um tempo verbal do modo indicativo, figuram autores como Nunes (1986).

Cunha (1986), Salvador (1981) e Mateus (1990) defendem a existência de três modos apenas: o indicativo, o imperativo e o conjuntivo. Excluem o condicional e o infinitivo por considerarem o primeiro como um tempo do modo indicativo e o segundo como uma forma nominal do verbo.

A identificação dos modos, qualquer que seja a perspectiva assumida, é sempre acompanhada da definição das modalidades que cada um deles exprime.

A excepção do modo imperativo, cujas modalidades serão posteriormente objecto de análise, as definições apresentadas para os outros modos serão omitidas no presente trabalho, por não se enquadrarem no âmbito da análise que se pretende realizar.

1.2.3-Sumário

Para se concluir as definições adoptadas para o modo, importa fazer análise das diferentes abordagens anteriormente apresentadas.

De uma maneira geral, as definições expostas convergem na identificação do objectivo preconizado pelo modo verbal, o de exprimir a atitude do falante em relação ao que diz, ou seja, a modalidade que pretende tradu-

zir.

Contudo, verificam-se divergências no que se refere à identificação do elemento responsável por essa expressão de modalidade, aquilo que se poderia designar de modalizador de enunciado.

Enquanto alguns autores pretendem que o verbo o modalizador exclusivo do enunciado, outros admitem a existência de "outros procedimentos gramaticais" que concorrem para o mesmo fim, negando, por conseguinte, o postulado anterior.

É verdade que não se pode negar o papel preponderante desempenhado pelo verbo no processo de modalização do enunciado, pois, em geral, é nele que se concentra a informação principal de qualquer enunciado. Daí a necessidade de, muitas vezes, se recorrer a ele para a expressão dos diferentes objectivos de ilocução. Por outro lado, outras formas diferentes de verbo expressam igualmente, tão eficientemente quanto o próprio verbo, esses objectivos.

Por exemplo a frase Agora arrumas as tuas coisas e pões-te na rua, aparentemente pouco marcada se se atender ao modo verbal em que os respectivos verbos se encontram, revelar-se-á um enunciado fortemente marcado pela atitude do locutor em relação à necessidade de realização de uma ordem nela expressa, quando se assumir que ele é dirigido a um empregado que está a ser demitido das suas funções. Neste caso, a marcação da atitude do falante terá sido conseguida não só por meio da prosódia, como também do próprio contexto em que esse enunciado é proferido. Por isso, a perspectiva segundo a qual a expressão da modalidade é conseguida através do verbo e de outras formas lingüísticas e paralingüísticas parece ser mais realista e mais abrangente, capaz de cobrir as diferentes situações da comunicação humana.

Outro ponto de divergência entre as definições analisadas situa-se no âmbito do objecto modalizado. Para a orientação tradicionalista, tal objecto ora é "o facto enunciado" ora "a acção a realizar" ora "a acção

"o estado e o fenómeno expressos pelo verbo". Em suma, parece existir uma dispersão na identificação desse objecto.

A abordagem defendida por Lyons(1970:235) e por Mateus(1990) é mais precisa. Enquanto o primeiro entende ser objecto de modalização "aquilo que o locutor está a dizer" a segunda designa esse objecto por "estado de coisas" ou seja, tudo o que determinada proposição expõe. Esta abordagem supera assim o problema enfrentado pelos gramáticos de orientação tradicionalista que, pretendendo explicitar o objecto de modalização, mencionavam uns e omitiam outros, também possíveis.

Relativamente ao aspecto em que se baseiam as definições de modo (estrutural ou semântico) importa referir que, pelo menos do ponto de vista pedagógico, ambos são necessários, porque ao estudante não interessa apenas conhecer o significado do vocábulo verbal numa dada forma modal, como importa igualmente que ele saiba que a determinados significados que os modos conferem aos verbos, correspondem formas apropriadas desses mesmos verbos. Donde a necessidade de se conceber o modo verbal sob o ponto de vista estrutural e semântico.

Em seguida, vai-se proceder à análise do imperativo na perspectiva modal, estudando-se as diferentes modalidades que ele pode exprimir.

1.3-0 imperativo como modo verbal

1.3.1-Noções do modo imperativo

Em português, o imperativo é abordado em duas perspectivas. Uma considera-o apenas um modo verbal através do qual e de forma exclusiva é possível a expressão das noções de ordem, pedido, súplica ou proibição etc., A outra, retomando a abordagem da gramática latina, apresenta-o não só como modo, mas também como o tipo de enunciados capazes de traduzir aquelas mesmas noções. São estas as perspectivas que vão ser analisadas, começando-se pela primeira.

Said Ali é um dos gramáticos que de modo ine-

quívoco define o imperativo como um modo verbal, apontando como sua função essencial "denotar ordem, convite, conselho, pedido, súplica, isto é, manifestações de vontade ou desejo acompanhadas da esperança do seu cumprimento da parte do indivíduo a quem nos dirigimos" (Ali, 1964:323). Excluindo a possibilidade de se conferir as funções do imperativo a outras formas verbais, refere a concluir, que "outras formas verbais podem ocasionalmente preencher o mesmo fim, porém sempre como função secundária." (Ali, op.cit.)

Uma observação que se pode fazer a esta definição é que, quando o autor tenta explicar o que entende por ordem, convite, conselho, pedido, súplica, parece ultrapassar o âmbito das modalidades expressas pelo imperativo, abarcando aquelas que o conjuntivo indica. Além disso, não explicita a forma como essas "manifestações de vontade ou desejo" podem ser "acompanhadas de esperança do seu cumprimento da parte do indivíduo a quem nos dirigimos". Aliás, esse "acompanhamento de esperança" a fazer-se, não seria característica exclusiva desse modo.

Cunha (1990), embora na senda de Ali, não considera, como este, que a primeira função do imperativo seja "denotar ordem", admitindo a existência de "outras formas que melhor traduzem essa ordem". Para Cunha, o imperativo seria mais um modo de exortação, conselho, solicitação, convite e súplica. Considera igualmente que o imperativo se pode empregar para sugerir uma hipótese, em vez das frases do tipo se+futuro do conjuntivo, como se mostra no exemplo:

(9) Estuda mais e o exame parecer-te-á fácil

em vez de:

9-a) Se estudares mais, o exame parecer-te-á fácil

Verificando que a expressão das modalidades apontadas não depende apenas da forma verbal, Cunha (op.cit.) adverte para a necessidade de se ter em conta outros elementos tais como o significado do verbo, o sentido geral do contexto e principalmente a entoação.

Não está muito clara no seu trabalho, a razão por que Cunha não considera que o imperativo possa ex-

primir essencialmente ordem e comando, postura que de uma forma geral é defendida por todos os outros gramáticos. É claro que o autor admite a existência de "outras formas" que melhor traduzem a ordem e o comando, mas não se sabe se se refere às formas de reforço que menciona noutro momento ou se pretende visar os elementos não verbais como a prosódia.

Camara(1979) não inclui a exortação, conselho, convite no conjunto das modalidades que identifica para o imperativo. Em contrapartida, acrescenta a proibição que poucos gramáticos apontam.

No "Curso de Português" de autoria de um grupo de professores dirigidos por Américo Areal, o imperativo é definido tal como se tem visto até aqui, porém não se faz menção da modalidade de "convite" nem de "súplica", mas acrescenta-se a de "pedido". (Areal, 1972).

Nunes, et al. (1986) e Pinto et al. (1987) referem-se apenas às modalidades de ordem, conselho, pedido, as quais, de acordo com Azeredo et al. (1982) ainda se reduzem a apenas duas, com a exclusão de "pedido".

Salvador(1981:141) não se refere a nenhuma modalidade especificamente, definindo o imperativo apenas como "o modo que mostra ser a realização da acção absolutamente necessária".

Embora não esteja explícito na definição, depreende-se que as únicas modalidades consideradas por Salvador são a ordem e o comando, pois só estas é que encerram a ideia de "necessidade absoluta da realização da acção. Mesmo assim, a definição não deixa de pecar por uma certa ambiguidade criada pela subjectividade expressa na ideia de "necessidade absoluta".

Lyons(1986) refere-se ao imperativo tal como é tradicionalmente concebido, isto é, como um modo verbal e só secundariamente é concebido como designando tipos particulares de frases, aquelas cujo verbo está no modo imperativo. Quanto às modalidades expressas, este autor defende a de ordem, comando e também a de pedido e súplica.

1.3.2-Tipos de modo imperativo

De acordo com as modalidades expressas, alguns autores propõem tipos de imperativo. Assim, Ali (1964) considera três tipos de imperativo, nomeadamente:

-o imperativo categórico-que exprime ordem cujo cumprimento se exige, normalmente proveniente de um locutor consciente da sua superioridade em relação ao seu interlocutor, como o exemplifica a frase (10)

(10) Mostra o bilhete que escreveste, depressa!

-o imperativo rogativo-que expressa um convite, conselho ou pedido, denotando que o locutor tem um estatuto social igual ou inferior ao do seu interlocutor. (vd.11)

(11) Feche a porta, por favor.

-o imperativo incitativo ou exortativo-usado para induzir alguém a fazer alguma coisa no seu próprio interesse ou para fazer sentir que o destinatário não é menos interessado que o destinador (vd. frase 12)

(12) Toma cuidado com o que dizes.

Lyons (1986) embora sem sistematizar tal como o fez Ali, também aponta para a existência de tipos de imperativo, conforme as modalidades expressas. Para aquele autor, existe uma subclasse de enunciados directivos através dos quais se impõe ou propõe alguma acção ou determinado tipo de comportamento a alguém. A esta subclasse designa por "mands" (mandos, comandos). A segunda engloba as advertências, as recomendações e as exortações. Esta difere da primeira pelo facto de, nesta o falante querer que a acção seja executada, enquanto naquela, não necessariamente. A cada uma dessas subclasses corresponde um tipo de imperativo.

Também Camara (1983) define tipos de imperativo. Mas, para este autor, aqueles são estabelecidos em função da presença ou ausência de uma expressão de negação junto da forma verbal no imperativo. Assim, o imperativo para este autor, classificar-se-ia em:

-imperativo negativo-caso ocorra uma expressão de negação junto do verbo no imperativo como na frase (13).

(13) Não saias hoje daqui.

-imperativo afirmativo que é traduzido com a ausência da expressão de negação (vd.14)

(14) Senta-te ao pé de mim.

Estas classificações são omitidas por muitos gramáticos. A análise das gramáticas de português permite verificar que em geral são apresentadas apenas as formas próprias do imperativo, excluindo-se todas as outras que pertençam a outros modos, mesmo que traduzam as modalidades do imperativo. No entanto, numa situação pedagógica parece ser imprescindível a referência a tipos de modo imperativo, o que concorreria para o seu emprego mais correcto.

1.3.3-Sumário

Com o exposto nas páginas precedentes, pretendeu-se dar uma visão da forma como os diferentes autores encaram o imperativo como modo. Em resumo, pode-se afirmar que todos eles concordam em que este modo exprime a atitude de ordem, pedido, exortação etc. Contudo, eles não unânimes na indicação precisa das modalidades do imperativo, ocorrendo que um omite o que o outro refere e vice-versa. Por outro lado, poucos autores propõem a classificação do imperativo de acordo com as diferentes modalidades.

O primeiro facto parece revelar que o imperativo entendido como modo não é capaz de abarcar exhaustivamente todas as cambiantes de expressão de ordem da comunicação humana. Aliás, rigorosamente, só a forma verbal no imperativo não exprime de modo evidente uma grande parte das modalidades que se lhe atribui. E se os autores admitem essa possibilidade é porque se baseiam em situações reais de comunicação e concluem as diferenças de sentido que cada uma apresenta. Por isso, parece oportuna a perspectiva de imperativo como expressão de ordem que a seguir vai ser abordada. Esta parece estar em melhores condições para ser mais precisa e mais exhaustiva na indicação das modalidades que o imperativo pode exprimir.



1.4-0 imperativo como frase

Ao lado da perspectiva de imperativo como modo, surgiu e esteve sempre presente a de imperativo como frase, a qual transpareceu pela primeira vez já na abordagem inicialmente feita sobre o imperativo em latim. Na verdade, já nesta língua, as diferentes maneiras que de algum modo eram usadas para exprimir a ideia de ordem ou proibição enquadravam-se no imperativo.

Em seguida, vai-se analisar a forma como a mesma questão foi tratada em português.

1.4.1-As diferentes manifestações

A perspectiva de imperativo como frase remonta do português arcaico, pois de acordo com Joseph Huber (1983: 228/9) "já no português arcaico o imperativo era suprido por vezes pelas formas do presente do indicativo, particularmente na segunda pessoa do plural e pelo presente do conjuntivo na 2ª e 3ª pessoas do singular e na 1ª do plural. O mesmo conjuntivo também supria as formas do imperativo negativo."

Os seguintes exemplos visualizam as formas então usadas:

a) presente do indicativo pelo imperativo

(15) Ve(e)des(em vez de ve(e)de) a amargura da minh'alma

b) conjuntivo pelo imperativo:

(16) Filho, bem sejas vindo. (em vez de sê)

(17) Ledas sejamos ogemais e dancemos

(18) Esto no saiba nêhùm!

Tratamento idêntico é feito por Cunha (1990), embora não fale de frses de expressão de ordem. Este autor ao referir-se aos substitutos do imperativo implicitamente reconhece a existência de formas de expressão de ordem que não se subordinam ao modo imperativo do verbo. É deste autor o postulado segundo o qual uma ordem pode ser enunciada por frases nominais ou por simples interjeição como nos exemplos (19) e (20), nos quais as palavras denotam mais a ideia da acção a realizar do que o seu próprio sentido.

(19) Fogo!

(20) Avante!

Outras possibilidades consideradas por este autor consistem na utilização com valor de imperativo: a) do presente e futuro do indicativo, como nos exemplos

(21) e (22) respectivamente

b) do imperfeito do conjuntivo, como na frase (23)

c) do infinitivo, como no exemplo (24)

d) do gerúndio, (frase 25).

(21) Você vem comigo.

(22) Não matarás.

(23) E se tentasses compreender o que te digo?

(24) Misturar muito bem a farinha e deixar secar.

(25) Caminhando, ala!

Cunha considera ainda que também substituem o imperativo, não só a perífrase formada pelos verbos ir e vir no imperativo e o verbo principal no infinitivo, (vd. 26), como também as frases interrogativas com o verbo principal no infinitivo, auxiliado por formas do presente e do imperfeito do indicativo dos verbos querer e poder(1), como no exemplo(27)

(26) Não vá agora pensar que eu fiz isso de propósito.

(27) Você pode vir ao meu gabinete?

Por último o mesmo autor apresenta o caso em que o verbo que indica a acção a ser cumprida é subordinado a outro que marca a vontade do locutor, como desejar, ordenar etc., (28)

(28) Desejo que me vás comprar um maço de cigarros.

Ainda neste capítulo de imperativo como frase de expressão de ordem, destaca-se a abordagem de Mira Mateus(1990). Para esta linguista, a expressão de ordem é inequivocamente traduzida através da frase imperativa. Para a autora, esta frase seria definida com base em dois pólos: ter o verbo modalizado pela atitude do locutor em relação ao alocutário; ser utilizada pelo locutor nos actos ilocutórios directivos directos que ele realiza.

Mateus estabelece ainda que o verbo da frase

(1) auxiliares modais sobre os quais o presente trabalho não se vai debruçar.

imperativa pode ocorrer quer nos modos imperativo, conjuntivo ou indicativo, quer nas formas do infinitivo e do gerúndio, devido à variabilidade do grau de relacionamento entre o locutor e o alocutário. (vd. 29-33)

(29) - Vai-te sentar naquele banco! (verbo no imperativo)

(30) - Guarde profundo segredo do que lhe disse.

(verbo no conjuntivo)

(31) - Ficas aqui, até que eu volte (verbo no indicativo)

(32) - Não fumar em recintos fechados (v. no infinitivo)

(33) - Remando! (verbo no gerúndio)

A mesma autora considera igualmente que também em consequência do grau de relacionamento locutor-alocutário, distinguem-se dois tipos de frases imperativas, nomeadamente as que têm sujeito nulo e as que apresentam sujeito pleno. Caracterizando o primeiro tipo refere que elas ocorrem quando na relação locutor-alocutário, este último é uma categoria específica e determinada, como tu, você, vós e a flexão verbal se refere a esse alocutário. Exemplos (34) e (35).

(34) - Fala mais alto! (tu)

(35) - Não use nome falso. (você)

As imperativas com sujeito pleno caracterizam-se, pela:

- impossibilidade de representação do alocutário pelo vocativo;

- agramaticalidade das que ocorrem com o verbo no infinitivo não precedido de preposição (vd. 36)

- incapacidade de expressão de ordem pelas frases que ocorram com o verbo no imperativo afirmativo e no gerúndio. (vd. 37);

- tradução das modalidades de expressão de ordem tanto pelo modo conjuntivo, infinitivo precedido de um verbo modal ou também pelo futuro do indicativo (quando a frase é de sentido positivo) como pelos modos indicativo, conjuntivo e pelo infinitivo, (quando a expressão de ordem é de sentido negativo) (vd. 38, 39)

(36) - Alguém correr

(37) - Alguém sai (1)

(1) embora gramatical, não exprime ordem.

(38)-Alguém saia!

(39)-Ninguém vai.

Cada um dos tipos de frases acabadas de referir pode apresentar-se tanto na forma afirmativa como na negativa. As imperativas com sujeito nulo quando negativas, não permitem a ocorrência do modo imperativo e do gerúndio. Este facto é ocasionado pela presença do elemento NEG(1) que parece actuar no sentido de transformar a modalidade expressa por FLEX(1). Assim, a negação do aspecto pontual, por exemplo, nega a própria acção (vd 40) e a negação do aspecto durativo só nega o próprio aspecto, o que produz uma frase agramatical (vd. 41)

(40)-Sentar! (aspecto pontual) - Não sentar! (negação da acção)

(41)-Caminhando! (aspecto durativo) - Não caminhando! (negação do aspecto).

Por outro lado, além da não ocorrência do imperativo, verifica-se que este é sistematicamente substituído pelo conjuntivo. Esta substituição opera-se pela facto de se estabelecer uma correspondência indirecta entre o modo imperativo e a modalidade alética contingente, uma vez que, nun acto de ilocução directivo, tanto o objectivo de ilocução como a própria interacção, são dominados pela relação locutor-alocutário. A substituição revela também que a expressão da relação locutor-alocutário depende directamente de modalidades deónicas permitida e facultativa.

Outra autora que segue a abordagem de Mateus é Faria (1972). No seu trabalho intitulado "Sobre a formação das imperativas em português", esta autora estuda a formação deste tipo de frases, concluindo que "(elas) são geradas a partir de uma frase performativa (frase superior) da qual deriva uma frase contendo a referência semântica de imperativo (frase inferior) (Faria, 1972:349) (vd 42).

(42)-Eu ordeno-te que comas

Verifica que "em português o verbo performativo pode ou não actualizar-se na superfície. No primeiro

(1) Mateus (op. cit.)

caso teremos uma frase que se actualiza no conjuntivo, no segundo teremos uma frase que se actualiza no modo imperativo" (Faria, op. cit.) (vd. 42, 43)

(43) - Come

Finalmente, constata que "os elementos constituintes da frase inferior (imperativa) obedecem a restrições impostas pela frase superior, nomeadamente:

1) que os verbos:

- não podem ser verbos performativos;

- não podem conter o traço estativo ou activo como saber, ser, estar;

- são fundamentalmente caracterizados por conterem o traço acção definido e definidor da relação que estabelece com o sujeito dessa mesma frase inferior" (Faria, ibd: 348)

2) que os sujeitos:

a) podem aparecer tanto na 2ª como na 3ª pessoa (singular e plural) e 1ª do plural e ainda com função de vocativo. Em relação às restrições dos sujeitos termina fazendo referência da categoria de caso ergativo que aqueles têm pelo facto de introduzirem o N que é tomado como iniciador da acção, e da possibilidade de coexistência na mesma frase dos casos ergativo e vocativo.

1.4.2 - Sumário

Esta perspectiva acabada de apresentar e que teve o seu aprofundamento e sistematização em Mateus e Faria, surgiu de certo modo como consequência da incapacidade revelada pela concepção de imperativo como modo de explicitar e sistematizar todas as ideias de ordem produzidas na comunicação humana. Pelo que se pôde observar, aquela apresenta dados que permitem proceder a uma análise profunda, rigorosa e completa do fenómeno da comunicação, particularmente neste capítulo da frase imperativa.

1.4.3 - Perspectiva a adoptar para a investigação

A referência às diferentes perspectivas de abordagem do imperativo não teve em vista a adopção de qualquer delas para a investigação que se pretende rea-

lizar. Essa referência foi apenas o corolário de uma metodologia inicialmente estabelecida, que preconizava a revisão de todas as abordagens do imperativo que ao longo dos tempos foram emergindo. Contudo, e de acordo com o objectivo pretendido pela presente investigação, que é essencialmente determinar as causas para a flexão incorrecta de verbos no modo imperativo, na sua forma negativa, haverá a necessidade de se recorrer à perspectiva de imperativo como modo verbal.

2-Flexão do verbo no modo imperativo

As formas verbais em português são constituídas pelo Radical (RAD) (5), Vogal Temática (VT) (5) e pelos morfemas de Modo e Tempo (MT) e de Número e Pessoas (NP) (5). O Radical e a Vogal Temática constituem o Tema do verbo. A VT marca o tipo de conjugação a que o verbo pertence (se é da primeira, segunda ou terceira conjugação), conforme a VT é -A-, -E- ou -I- respectivamente. Assim, por exemplo, na forma verbal ESCREVEREMOS, o RAD é ESCREVE-, a VT é -E-, o MT é -RE- e o NP é -MOS.

O modo imperativo apresenta formas próprias apenas na segunda pessoa [+SING] e [-SING] (5) do presente na forma afirmativa, dado que a terceira pessoa deste tempo e a segunda do futuro, que existiam em latim, se perderam com o tempo.

Assim, quando se pretende exprimir uma ordem na forma negativa, como uma proibição, por exemplo, ou quando essa ordem é afirmativa mas o seu emissor (destinador) está disposto a associar-se na sua realização, ou ainda quando o interlocutor é tratado por você, o senhor, V. Excia, etc. a realização do modo imperativo só é possível através da utilização das formas do presente do conjuntivo. As formas de tratamento por você, o senhor, etc., embora referidas à segunda pessoa gramatical, ou seja à pessoa do interlocutor, são gramaticalizadas no verbo em terceira pessoa, isto é, trazem os morfemas NP de terceira pessoa, como se observa no exemplo (44)

(44) (a) Imperativo negativo: Não acordes demasiado cedo!

(b) Imperativo na 1ª pessoa [-SING]: Fiquemos atentos à aula.

(c) Imperativo com você, o senhor...: Esperem mais meia hora

Na perspectiva de imperativo como frase de expressão de ordem, em que o verbo principal desta se pode encontrar gramaticalizado em diferentes modos, a forma verbal pode ser apresentada em diferentes tempos, como o ilustram os exemplos (45), (46) e (47):

(45) Ou te calas já, ou dou-te uma tarefa.

(46) Esticar o braço! Dobrar as pernas!

(47) Não levantarás falsos testemunhos.

A explicação que se pode dar para o facto de o modo imperativo apresentar formas próprias apenas na segunda pessoa e no presente é que por um lado, sendo ele o modo de ordem, pedido, exortação etc. estes são em geral dirigidos a um interlocutor, isto é, à pessoa a quem se fala, à 2ª pessoa gramatical, como no exemplo (48).

(48) África acôrda e anda!

Por outro lado, é que não é racionalmente possível mandar ou pedir a alguém que realize alguma acção no passado. Sendo assim, as únicas possibilidades de tempo que se podem esperar são de mais imediata a mais remota futuridade. Portanto, apesar de se considerar o presente como o único tempo do imperativo, de facto esse presente tem valor de futuro, pois acção que exprime está por realizar.

Mais adiante, vai-se proceder à análise das formas flexionais próprias do imperativo em português. Antes, porém, far-se-á a sua comparação com as do latim a fim de se verificar a evolução por elas sofrida.

Como se observa nos exemplos apresentados a seguir, nos quadros (1) e (2), existe uma relação muito estreita entre as formas flexionais do imperativo em português e no latim, particularmente na 2ª pessoa [+SING] mesmo nos verbos que eram da 4ª conjugação e pertencem actualmente à terceira.

QUADRO 1

Tipo de verbo	em latim	em português
1ª conjugação	<u>Voca</u> patrem tuus	<u>Chama</u> o teu pai
2ª conjugação	<u>Time</u> periculum	<u>Teme</u> o perigo
3ª conjugação	<u>Audi</u> verba mea	<u>Ouvi</u> (6)/ <u>Ouve</u> as minhas palavras

QUADRO 2

Verbo	[+SING]		[-SING]	
	Latim	Português	Latim	Português
I	-a	-a	-ate	-ade(2)/ai
II	-e	-e	-ete	-ede(2)/ei
III	-e	-e	-ite	-ede(2)/ei
IV	-i	-i(2)/e	-ite	-ide(2)/i

Em relação às formas do plural, são notórias as transformações operadas do latim para o português. No QUADRO 2, põe-se em confronto as terminações do latim e do português tanto no [+SING], como no [-SING].

A primeira constatação que se faz quando se analisa o sistema flexional do modo imperativo actual, na pessoa, tempo e números gramaticais em que ele se apresenta com formas próprias, é que não manifesta nenhuma indicação clara da pessoa e tempo, no singular. De acordo com Lyons(1977:747)"tem sido sugerido muitas vezes que a razão para este facto (de o imperativo não trazer nenhuma indicação clara da pessoa e tempo na 2ª pessoa do singular) é que este modo, como principal modo de desejo, é ontogenicamente mais básico que o indicativo, modo de afirmação".

No número [-SING], o imperativo apresenta tradicionalmente o morfema -I- que parece ser simultaneamente de modo, tempo, número e pessoa. Este não se ma-

nifesta a nível da estrutura de superfície dos verbos de tema em -I- porque se assimila à Vogal Temática.

Nos casos em que as formas do imperativo são supridas pelas dos outros tempos e modos, ocorrem os morfemas desses tempos e modos em pessoas e números em que o verbo se utilizar. No QUADRO 3 resume-se o que acaba de se afirmar:

		(c)			(d)			(c)			(d)				
		(a)	(b)	A	E	I	A	E	I	A	E	I	A	E	I
[+SING]	II	Tu	ø	ø	ø	ø	ø	ø	ø	-e	-a	-a	-s	-s	-e
	II	Você	-é	-a	-a	ø	ø	ø	(e)	-e	-ã	-ã	ø	ø	ø
	I	Nós	-e	-a	-a	-mos	-mos	-mos		-e	-a	-a	-mos	-mos	-mos
[-SING]	II	Vós	-i	-i	-i	-i	-i	-i		-c	-a	-a	-is	-is	-is
	II	Vocês	-e	-a	-a	-m	-m	-m		-e	-a	-a	-m	-m	-m

(a) pessoas gramaticais

(b) formas de tratamento

(c) morfemas de tempo

(d) morfemas de pessoa

(e) advérbios de negação tais como: não, nunca, jamais.

A-verbos de tema em A (1ª conjugação)

E-verbos de tema em E (2ª conjugação)

I-verbos de tema em I (3ª conjugação)

Uma observação atenta do quadro permite concluir que o imperativo apresenta as seguintes características:

1ª-A segunda pessoa (II) [+SING]

a) com Tu-morfemas diferentes caso esteja presente ou ausente uma partícula de negação, sendo:

-sem negação-morfema ø

-com negação-morfemas de tempo -e; -a; -ã, para a 1ª, 2ª e 3ª conjugações respectivamente, e o morfema de pessoa -s

b) com Você-não há alteração de morfemas em virtude da

presença da negação, sendo os morfemas de tempo, -e, -a, -a, para a 1ª, 2ª e 3ª conjugações respectivamente e morfema \emptyset para a pessoa.

2ª - Na primeira pessoa (I) [-SING] - não há alteração de morfemas devido à presença da negação, sendo morfemas de tempo -e, -a, -ã para a 1ª, 2ª e 3ª conjugações respectivamente e morfema -mos para a pessoa.

3ª - Na segunda pessoa (II) [-SING]:

a) com Vós - na afirmativa - morfema de tempo e pessoa -i-; - na negativa - morfemas de tempo -e, -a, -a para a 1ª, 2ª e 3ª conjugações respectivamente e morfema -is para a pessoa.

b) com Vocês - morfemas iguais para a afirmativa e negativa: -e, -a, -a para o tempo da 1ª, 2ª e 3ª conjugações respectivamente e -m para a pessoa.

A concluir, apenas uma breve referência aos processos de reforço e atenuação na realização de um enunciado que exprime ordem, portanto, no imperativo.

Já em latim se juntavam as expressões como age age vero, age nunca etc. com sentido de Vamos! à forma verbal no imperativo para reforçar a expressão de ordem e as expressões amabo, amabo te sodes etc., com sentido de se faz favor, para atenuar a ordem.

No mesmo sentido, em português moderno o reforço pode ser obtido pelo emprego de:

a) repetição da forma verbal no imperativo como na frase (49) (49) Deixa, deixa esse assunto por minha conta.

b) um advérbio ou uma expressão de insistência como na frase (50)

(50) Põe já, as coisas em ordem!

c) 3ª pessoa do conjuntivo aplicado ao interlocutor:

(51) Que vá para o diabo!

A atenuação, por sua vez, é conseguida através do emprego de formas de polidez ou de civilidade tais como: por favor, por gentileza, digne-se de etc.

(52) Tenha a bondade de me abrir a porta.

Também se atenua, nos casos das imperativas re-

presentadas por frases interrogativas, pela repetição do verbo no final da frase, como

(53) Fazes o trabalho, não fazes?

Porém, como alerta Lyons (op.cit:748) "a informação que é codificada na componente verbal de um enunciado pode ser contradita ou cancelada pela informação que é codificada prosodicamente ou paralinguisticamente". O tom de voz, por exemplo, assume uma importância primordial para que as frases imperativas tenham na verdade o valor que se lhes pretende atribuir.

Sumário

Com estas considerações chegou-se ao fim do presente capítulo no qual se analisaram as diferentes concepções sobre o imperativo, desde o processo de sua formação, às suas manifestações na estrutura de superfície, nas variadas formas de sua utilização. É, pois, com base nestes conhecimentos que se vai abordar, em capítulos que se seguem, a maneira como esse imperativo é concebido e realizado na prática quotidiana de alguns moçambicanos da cidade de Maputo.

III CAPÍTULO

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

Para se testar a hipótese colocada inicialmente, segundo a qual a flexão incorrecta de verbos no imperativo, forma negativa, se deve à sobregeneralização das regras de formação do presente do indicativo e/ou à incompleta aplicação das de formação do imperativo negativo, foram recolhidos dados sobre a maneira com um grupo de estudantes da 10ª classe do curso nocturno flexiona o verbo no imperativo negativo e no conjuntivo presente. Foram igualmente recolhidos elementos sobre a situação sócio-linguística e profissional, bem com informações sobre o seu passado académico nomeadamente o local de escolarização e a maneira como aprenderam as formas verbais em questão.

Para a recolha de dados relativos à flexão dos verbos foram aplicados dois testes escritos de tipo dirigido, um sobre o imperativo e o outro sobre o conjuntivo. As causas da flexão incorrecta, assim como as informações sobre a situação sócio-linguística e profissional dos elementos da amostra foram recolhidos através de entrevistas oral e escrita respectivamente.

1-Seleccção da amostra

A amostra foi determinada aleatoriamente e era constituída por um grupo de sessenta e sete (67) estudantes do curso nocturno, frequentando a décima classe (10ª), do Ramo das Ciências Sociais e Humanas, na Escola Secundária Josina Machel em Maputo. Deste grupo, trinta e oito (38) eram do sexo masculino e os restantes vinte e nove (29) do sexo feminino.

A opção por uma amostra composta por estudantes foi feita, por um lado, pela garantia de homogeneidade que estes ofereciam no tocante às possibilidades de aprendizagem formal anterior das estruturas linguísticas do português e a sua exposição a estas na sala de aulas. Por outro lado, deveu-se às vantagens por eles ofereci-

das relativamente ao processo de levantamento, análise e tratamento dos dados.

A definição da classe recafu sobre a 10ª, por se saber que indivíduos com uma escolarização do nível de nona (9ª) classe em princípio já realizaram uma aprendizagem sistemática das estruturas linguísticas do português, a qual lhes permite uma utilização prática mais correcta desta língua.

O facto de os elementos da amostra frequentarem o Ramo das Ciências Sociais e Humanas da 10ª classe não constitui uma variável intencionalmente definida, pois o objectivo principal da testagem era verificar o nível dos conhecimentos linguísticos adquiridos anteriormente à 10ª classe. Por essa razão, ela decorreu no início do ano lectivo e coincidentemente antes de esses estudantes iniciarem com as aulas de português por falta de professores.

Dois pressupostos essenciais determinaram que a investigação incidisse sobre o curso nocturno: o primeiro é que os estudantes desse curso, por serem adultos, possuem conhecimentos linguísticos mais estabilizados; o segundo é o facto de serem, pelo menos a maioria, trabalhadores, quer do Aparelho do Estado, quer de outros serviços públicos onde a prática da língua portuguesa é uma constante necessária.

Por último, a escolha do local para a realização da testagem, Escola Secundária Josina Machel, não obedeceu a qualquer razão específica, além do facto de ser uma daquelas em que se lecciona o nível que se pretendia testar. Pelo que se sabe, os aspectos relacionados com a zona residencial e/ou classe social dos estudantes não têm actualmente influência significativa para a sua admissão numa escola. Contudo, a opção pela cidade de Maputo foi motivada pelo princípio de que aqui, os indivíduos estão sujeitos a uma prática e a uma exposição mais frequentes à língua portuguesa do que no campo.

2- Testagem

Para se verificar a maneira como os elementos da amostra flexionam os verbos no imperativo negativo, foram empregues os seguintes instrumentos:

1º) um teste escrito constituído por trinta frases, cujos verbos, inseridos entre parênteses, se encontravam no infinitivo. Estes verbos deveriam ser flexionados no imperativo pelos inquiridos. (ver anexo 1a)

2º) um teste escrito constituído por um pequeno texto (cerca de 70 palavras). No interior deste, apresentavam-se espaços em branco que tinham de ser preenchidos com a forma correcta do imperativo, de um verbo dado no infinitivo, colocado entre parênteses. (ver anexo 1b)

Foi também testado o grau de domínio da flexão de verbos no conjuntivo. Para este efeito, usou-se um teste escrito constituído por trinta frases, cujo verbo era dado no infinitivo, colocado em parênteses. (ver anexo 2a, 2b)

Finalmente, e com o intuito de colher dados relacionados com a situação sócio-linguística dos inquiridos e com os seus antecedentes académicos, empregou-se uma ficha de inquérito (ver anexo 3) na qual se elicitavam dados sobre:

a) referências pessoais: o nome, a idade, a nacionalidade, a residência, o tempo de residência em Maputo e a profissão.

b) referências linguísticas: a língua materna do inquirido, outras línguas por ele faladas com fluência, a língua falada mais vezes e a língua falada em casa.

c) antecedentes académicos, nomeadamente, o grau máximo de escolaridade alcançado pelos progenitores do inquirido; o local onde os estudos primários e secundários foram concluídos; a possibilidade de ao longo desses estudos ter aprendido a conjugação de verbos em geral, e de verbos no imperativo em particular; a classe ou classes em que o estudo anteriormente referido teve lugar; as formas de imperativo de verbos aprendidas. Para este item, apresentou-se um quadro no qual o inquiri-

do deveria marcar com X, no espaço correspondente ao número (singular/plural), pessoa gramatical (1ª, 2ª, 3ª), formas (afirmativa/negativa) aprendidos. Finalmente foram apresentadas duas alternativas de maneiras como o inquirido teria estudado o verbo no imperativo. Aquele deveria marcar (também com X) a alternativa correspondente à sua situação específica. (ver anexo 3)

Pressupondo-se que os maiores problemas de flexão do verbo no imperativo ocorrem nos casos em que este modo não apresenta formas próprias e tem de se recorrer às do conjuntivo para a sua realização, o primeiro teste visou a realização do imperativo nestas circunstâncias.

O primeiro grupo desse teste era constituído por seis frases iniciadas pelo advérbio de negação Não. Os inquiridos deveriam colocar os verbos dessas frases no imperativo, tendo em consideração que se tratava o interlocutor por tu.

Três dos seis verbos dados eram regulares pertencendo a cada uma das três conjugações e os outros três, irregulares, também das diferentes conjugações.

O segundo grupo de frases diferia do primeiro no facto de se considerar o tratamento de vós ao fazer-se a flexão dos verbos. Estes, embora diferentes dos anteriores, foram seleccionados usando-se o mesmo critério dos anteriores.

No terceiro grupo, as frases já não foram antecedidas pelo advérbio não porque o tratamento considerado para o interlocutor era você, o senhor etc. formas que independentemente da presença ou ausência do advérbio de negação, exigem o verbo principal no conjuntivo. Os verbos dados mantiveram as características dos anteriores.

O quarto e o quinto grupos diferiam do anterior apenas na natureza do interlocutor. No quarto, este era tratado por vocês, os senhores, etc. isto é no plural, e no quinto o falante mostrava a sua disposição para par-

participar na realização da acção expressa pelo verbo. A forma de tratamento era, por conseguinte, nós.

Com o segundo teste, pretendeu-se levar o inquirido a enquadrar o uso do imperativo numa situação concreta de comunicação. Assim, de acordo com o contexto de ordem e pedido expressos no texto, o inquirido deveria preencher espaços em branco que ocorriam, com verbos que se lhe indicavam no infinitivo, entre parênteses. A forma de tratamento que se considerou e que estava por outras formas expressa no texto era tu. Não houve a preocupação de equilibrar numericamente os verbos a flexionar, de acordo com as suas características temáticas e flexionais, porquanto se impunha também a construção de um texto coerente. Contudo, sendo em número total de oito (8), cinco (5) desses verbos eram regulares de tema em A dois de tema em E, regular e irregular e um de tema em I irregular. Neste teste, mais aberto que o anterior, teve-se em vista a flexão do verbo no imperativo considerando-se as duas formas deste, a afirmativa e a negativa. Portanto, quatro dos oito verbos seriam empregues na forma afirmativa e os restantes na negativa, com utilização do presente do conjuntivo.

Com os testes descritos, pretendeu-se essencialmente proceder à verificação da forma de realização do imperativo negativo dos verbos, isto é, aquele que recorre às formas do conjuntivo presente. Neste contexto, houve a necessidade de se testar igualmente o nível de conhecimentos da conjugação dos verbos no presente do conjuntivo. Este teste permitiria verificar se a possível realização incorrecta do verbo no imperativo negativo era ou não determinada pelo desconhecimento das formas do conjuntivo.

Utilizando-se os mesmos verbos do primeiro teste, as frases dadas foram apresentadas de modo a que o inquirido fosse levado a flexioná-los no conjuntivo.

As seguintes frases ilustram o que acaba de se dizer:

(54) Surpreende-me que tu(falar) tão alto

(55) Basta que tu(encher) o sacco.

Os verbos, tal como no primeiro teste, foram todos apresentados na forma infinitiva e colocados entre parênteses como o ilustram os exemplos anteriores.

A utilização dos mesmos verbos do primeiro teste visava apenas uma garantia de que a eventual flexão incorrecta não se devia ao facto de se ter utilizado verbos diferentes.

Os sujeitos da acção expressa pelos verbos a flexionar foram representados, como no primeiro teste, por tu, vós, você, o senhor, V. Excia, vocês, os senhores, V. Excias, nós.

Dado que a maior ou menor proficiência na utilização das formas flexionais dos verbos em geral e no imperativo em particular depende não só da aprendizagem que dela se faz e dentro desta, a maneira como essa aprendizagem é feita, do tempo em que o inquirido está exposto à língua, utilizou-se finalmente um inquérito para a recolha de elementos relacionados com aqueles factos.

A primeira e a segunda questões colocadas visavam essencialmente o conhecimento do tempo de exposição do inquirido à língua portuguesa dentro das condições sócio-profissionais específicas de cada um. O primeiro "item" da terceira questão também se orientava para este objectivo particularmente no caso em que a língua materna fosse a portuguesa. Mas com este "item" pretendia-se sobretudo verificar o nível adquirido nessa situação de língua materna. O mesmo "item" permitiria ainda estimar o tempo de utilização do português durante os primeiros anos de vida pelo inquirido. Na verdade, geralmente quanto maior é o nível de escolaridade dos progenitores, quando a língua falada por outros elementos da família ou na vizinhança não é a portuguesa, maiores são as suas exigências no sentido de os filhos falarem permanentemente a língua portuguesa, por ser esta a língua que eles próprios em geral

usam, e por pretenderem que os filhos se identifiquem com eles.

O segundo "item" da terceira questão também tende para a verificação do tempo de exposição à língua, pois é diferente frequentar-se uma escola da cidade e uma escola do campo, em termos de tempo de utilização da língua portuguesa.

Os restantes "itens" da terceira questão do inquérito são os que se destinam à recolha de informação sobre os aspectos de aprendizagem da conjugação dos verbos em geral e no conjuntivo em particular; da duração dessa aprendizagem e da maneira como essa aprendizagem foi feita, isto é, se aprendizagem por aprendizagem ou se aprendizagem com finalidades práticas.

Os testes e o inquérito acabados de descrever foram administrados a todos os elementos da amostra pelo próprio investigador. Estes foram testados em dois grupos, já que se encontravam distribuídos por duas turmas diferentes. Antes da sua realização, os testes assim como o inquérito foram lidos e explicados a todos.

Após a correcção, os resultados foram somados. Dos somatórios obtidos foi achada a percentagem da frequência de realização correcta dos verbos no imperativo negativo sob diferentes perspectivas, nomeadamente o tipo de verbo e as formas de tratamento. Em seguida foi achado o nível de significância para se verificar a aceitabilidade das hipóteses.

Sobre o inquérito oral é oportuno referir que o mesmo foi conduzido a partir da observação de frases de expressão de ordem, cujos verbos principais estavam incorrectamente flexionados no imperativo negativo. Das causas apontadas pelos inquiridos para esta flexão incorrecta, uma referia-se à "lei do menor esforço" por parte dos falantes. De acordo com o defensor desta hipótese, os falantes, muito embora conhecendo as regras de construção desse tipo de frases, evitavam "fzer gramática na cabeça" durante o processo comunicativo, preferindo ir pela "via mais rápida" isto é pelo mais fácil,

desde que estivesse garantida a intercomunicação.

Outra causa referida, relaciona-se com a influência das línguas maternas, apesar de não ter sido suficientemente defendida e argumentada.

O inquérito oral permitiu verificar que, os erros de língua que muitas vezes se constataem em determinados falantes constituem apenas estratégias de facilitação do processo comunicativo. Deve-se ter em consideração que aqueles não são falantes nativos de português.

3-Sumário

No capítulo que termina analisou-se pormenorizadamente as condições humanas e materias que possibilitaram a realização da investigação.

A opção por uma descrição pormenorizada justifica-se pelo facto de esta possibilitar a compreensão das razões que ditaram o emprego desta metodologia, das vantagens e inconveniências que ela oferece e ainda, dos objectivos que com ela se pretende alcançar.

É igualmente a compreensão exacta do trabalho realizado e da metodologia seguida nessa realização que permite a avaliação correcta dos resultados obtidos, que no capítulo seguinte se vão apresentar.

CAPÍTULO IV
ANÁLISE E RESULTADOS

No presente capítulo, faz-se a análise do teste de flexão de verbos no imperativo negativo e discute-se os resultados daí obtidos.

Como se sabe, os verbos, quando flexionados no imperativo negativo, assumem as formas do presente do conjuntivo, já que não possuem formas próprias para aquele modo.

Assim, esperava-se que os inquiridos flexionassem diferentes tipos de verbos apresentados na forma infinitiva integrados em frases, usando as formas do presente do conjuntivo, em pessoas e números que lhes iam sendo sucessivamente anunciados.

Os verbos dados pertencem aos temas A, E e I, entre regulares e irregulares. As pessoas e números gramaticais indicados são a 2ª e 3ª do singular e do plural e a 1ª do plural.

1-Análise da flexão dos verbos de tema em A

1.1-Regulares

1.1.1-na 2ª pessoa do singular

- a) 77,6% dos 67 inquiridos aplicaram o tempo e o modo esperados, isto é, o presente do conjuntivo. Daquela percentagem, 59,7% fizeram uso da pessoa e número requeridos e 17,9% empregaram a 3ª pessoa do singular;
- b) 13,4% recorreram ao imperativo positivo, sendo 11,9% na segunda pessoa do singular (ou 3ª pessoa do presente do indicativo) (1) e 1,4% na 2ª pessoa do plural.
- c) 8,9% utilizaram o presente do indicativo, na 2ª pessoa do singular.

1.1.2-na 3ª pessoa do singular

- a) 58,2% usaram a forma esperada (presente do conjuntivo, 3ª pessoa do singular);
- b) 26,8% empregaram o imperativo afirmativo, sendo 22,3% na 2ª pessoa do singular (1) e 4,4% na 2ª do plural.

(1) Os verbos apresentam formas idênticas, na 2ª pessoa do singular do imperativo afirmativo e na 3ª do singular do presente do indicativo.

1.1.3-na 1ª pessoa do plural

- a) 77,6% flexionaram o verbo no tempo e modo esperados, mas em diferentes pessoas e números, como se segue:
- 70,1% na 1ª do plural, que era a forma esperada;
 - 1,4% na 2ª do singular;
 - 2,9% na 3ª do singular;
 - 1,4% na 2ª do plural;
 - 1,4% na 3ª do plural.
- b) 2,9% serviram-se do imperativo afirmativo, 2ª pessoa do singular;
- c) 14,9% passaram a forma verbal para o indicativo presente, nas seguintes pessoas e números:
- 2,9% na 2ª do singular;
 - 8,9% na 1ª do plural;
 - 1,4% na 2ª do plural
 - 1,4% na 3ª do plural.
- d) 1,4% colocou o verbo no futuro do indicativo, 1ª pessoa do plural.
- e) 1,4% reconstruiu a frase com o verbo no pretérito mais que perfeito simples do indicativo, 3ª pessoa do singular.
- f) 1,4% absteve-se de fazer a flexão.

1.1.4-na 2ª pessoa do plural

- a) 46,2% realizaram o tempo e modo esperados, nas pessoas e números seguintes:
- 28,3% na pessoa e número adequados (2ª do plural);
 - 5,9% na 2ª do singular;
 - 4,4% na 3ª do singular;
 - 7,4% na 3ª do plural.
- b) 17,9% praticaram o imperativo positivo, na 2ª pessoa do plural.
- c) 22,3% fizeram emprego do indicativo presente, 2ª pessoa do plural.
- d) 1,4% fez a utilização da forma da 2ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo.
- e) 5,9% fizeram a aplicação do futuro do indicativo da:
- 2ª pessoa do singular (1,4%)
 - " " " plural (1,4%)

-3ª pessoa do plural (2,9%)

- f) 1,4% fez recurso do infinitivo presente na 2ª pessoa do plural.
- g) 4,4% fizeram prática de formas anómalas tais como "continuereis"; "continuei-vos", etc.

1.1.5-na 3ª pessoa do plural

- a) 59,7% fizeram a flexão do verbo no tempo e modo requeridos, nas seguintes pessoas e números:
- 1,4% na 3ª pessoa do singular;
 - 1,4% na 2ª do plural;
 - 56,7% na 3ª do plural.
- b) 8,9% usaram a forma do imperativo afirmativo, quer na 2ª pessoa do singular, quer na do plural, à razão de 1,4% e 7,4% respectivamente.
- c) 13,4% fizeram o emprego do indicativo presente. Deses,
- 8,9% na 2ª pessoa do plural e
 - 4,4% na 3ª do mesmo número.
- d) 2,9% serviram-se do pretérito perfeito do indicativo tanto na 3ª pessoa do singular (1,4%), como na 2ª do plural (1,4%).
- e) 1,4% fez a utilização do futuro imperfeito do indicativo, na 3ª pessoa do plural.
- f) 1,4% aplicou formas anómalas.
- g) 11,9% não tomaram parte na flexão do verbo.

1.2-Irregulares

1.2.1-na 2ª pessoa do singular

- a) 59,7% utilizaram o tempo e modo esperados, nas seguintes pessoas e números:
- 28,3% na 2ª pessoa do singular;
 - 29,8% na 3ª do singular
 - 1,4% na 3ª do plural.
- b) 14,9% fizeram a aplicação do imperativo positivo quer na 2ª pessoa do singular (13,4%) (1), quer na 2ª do plural (1,4%).
- c) 11,9% colocaram o verbo no presente do indicativo,

(1) ou 3ª pessoa do singular do presente do indicativo que apresenta forma idêntica.

tanto na 2ª pessoa do singular (10,4%), como na do plural (1,4%).

d) 13,4% fizeram prática de formas anómalas tais como "deia"; "deias"...

1.2.2-na 3ª pessoa do singular

a) 64,1% passaram o verbo para o tempo e modo apropriados, sendo:

-61,1% na pessoa e número adequados;

-1,4% na 2ª pessoa do singular;

-1,4% na 3ª do plural.

b) 22,3% fizeram recurso às formas do imperativo positivo, dos quais:

-16,4% na 2ª pessoa do singular (1);

-5,9% na 2ª do plural.

c) 1,4% conjugou o verbo no indicativo presente, 2ª pessoa do plural.

d) 5,9% fizeram a flexão do verbo no pretérito perfeito simples do indicativo: 2,9% na 2ª pessoa do singular e 2,9% na 3ª do mesmo número.

e) 1,4% realizou a forma requerida, no futuro imperfeito do indicativo, 3ª pessoa do singular.

f) 4,4% fizeram emprego de formas anómalas tal como "deia".

1.2.3-na 1ª pessoa do plural

a) 37,3% flexionaram o verbo no tempo e modo indicados, distribuindo-se da seguinte forma, em termos de utilização de pessoas e números:

-26,8% usaram a pessoa e número recomendados,

-7,4% a 3ª do singular,

-1,4% a 2ª do plural,

-1,4% a 3ª do plural.

b) 32,8% fizeram uso do indicativo presente na:

-2ª pessoa do singular (2,9%)

-1ª do plural (28,3%)

-2ª do plural (1,4%)

(1) ou 3ª pessoa do singular do presente do indicativo que apresenta forma idêntica.

c) 16,4% empregaram o futuro do indicativo, sendo:

-1,4% na 3ª pessoa do singular e

-14,9% na 1ª do plural.

d) 10,4% fizeram a utilização de formas anômalas como por exemplo "deíamos".

e) 2,9% não responderam à pergunta.

1.2.4-na 2ª pessoa do plural

a) 32,8% usaram o tempo e modo adequados, nas seguintes pessoas e números:

-1,4%-2ª pessoa do singular;

-1,4%-3ª pessoa do singular

-13,4%-2ª pessoa do plural

-16,4%-3ª pessoa do plural

b) 1,4% fez a aplicação do imperativo afirmativo na 2ª pessoa do plural.

c) 34,3% serviram-se do presente do indicativo, 2ª pessoa do plural.

d) 5,9% fizeram uso do futuro do indicativo, sendo:

-4,4% na 2ª pessoa do plural e

-1,4% na 3ª do mesmo número.

e) 1,4% conjugou o verbo no infinitivo presente, 3ª pessoa do plural.

f) 23,8% puseram em prática formas anômalas como:

"estejai", "estedes".

1.2.5-na 3ª pessoa do plural

a) 68,9% utilizaram o conjuntivo presente. Desta percentagem,

-1,4% fê-lo na 2ª pessoa do singular,

-4,4% na 2ª do plural,

-62,6% na 3ª do plural,

b) 4,4% fizeram recurso do imperativo afirmativo, sendo:

-1,4% na 2ª pessoa do singular e

-2,9% na 2ª do plural.

c) 5,9% optaram pelo presente do indicativo:

-1,4% na 2ª pessoa do plural e

-4,4% na 3ª do plural.

d) 1,4% fez a flexão do verbo no pretérito perfeito do indicativo, 2ª pessoa do plural.

- e) 4,4% conjugaram o verbo no futuro imperfeito do indicativo, quer na 2ª pessoa do plural, quer na 3ª do plural, à razão de 1,4% e 2,9% respectivamente.
- f) 4,4% fizeram emprego da 3ª pessoa do plural do infinitivo presente.
- g) 8,9% colocaram o verbo em formas anómalas tais como: "estejai" "estejem".
- h) 1,4% absteve-se de executar a tarefa pedida.

2-Análise da flexão dos verbos de tema em E

2.1-Regulares

2.1.1-na 2ª pessoa do singular

- a) 55,2% fizeram uso do tempo e modo adequados, 34,3% dos quais, servindo-se da 2ª pessoa do singular e 20,8% da 3ª do singular.
- b) 16,4% flexionaram o verbo no imperativo presente positivo, na 2ª pessoa do singular.
- c) 26,7% fizeram a utilização do presente do indicativo tanto na 2ª pessoa do singular, como na 3ª do plural, à taxa de 25,3% e 1,4% respectivamente.
- d) 1,4% aplicou formas anómalas como "enchai"...

2.1.2-na 3ª pessoa do singular

- a) 53,6% fizeram a conjugação do verbo no presente do conjuntivo. Destes, à excepção de um número equivalente à percentagem de 1,4%, que utilizou a 2ª pessoa do plural, 52,2% utilizaram a pessoa e número apropriados.
- b) 31,2% optaram pelo imperativo afirmativo. De entre estes, 29,8% usaram a 2ª pessoa do singular e 1,4% a do plural.
- c) 1,4% fez aplicação do presente do indicativo na 2ª pessoa do singular.
- d) 8,8% conjugaram o verbo no pretérito perfeito do indicativo, 1,4% na 2ª pessoa do singular e 7,4% na 3ª do mesmo número.
- e) 1,4% pôs em prática o futuro imperfeito do indicativo na 3ª pessoa do singular.
- f) 2,9% passaram o verbo para formas anómalas como, "metai"...

2.1.3-na 1ª pessoa do plural

- a) 68.3% fizeram a conjugação do verbo no conjuntivo presente, 53.7% dos quais com a pessoa e número requeridos e os restantes 14.6% distribuíram-se do seguinte modo:
- 4.4% fizeram-na na 2ª pessoa do singular,
 - 7.4% na 3ª do singular,
 - 1.4% na 2ª do plural
 - 1.4% na 3ª do plural.
- b) 19.3% flexionaram-no no presente do indicativo, sendo 17.9% a percentagem dos que empregaram a 1ª pessoa do plural e 1.4% a dos que empregaram a 2ª do mesmo número.
- c) 2,9% fizeram recurso do futuro do indicativo na 1ª pessoa do plural.
- d) 1.4% realizou a conjugação do verbo no infinitivo presente, 3ª pessoa do singular.
- e) 1.4% recorreu a formas anómalas
- f) 5.9% não responderam à questão colocada.

2.1.4-na 2ª pessoa do plural

- a) 28.1% fizeram a flexão do verbo no presente do conjuntivo, em diferentes pessoas e números, tais como:
- 2ª pessoa do singular (1.4%)
 - 3ª pessoa do singular (2.9%)
 - 2ª do plural (13.4%)
 - 3ª do plural (10.4%)
- b) 4.4% optaram pelo imperativo afirmativo, na 2ª pessoa do plural.
- c) 46% fizeram a conjugação do verbo no presente do indicativo, sendo:
- 1.4% na 2ª pessoa do singular,
 - 43.2% na 2ª do plural
 - 1.4% na 3ª do plural.
- d) 1.4% usou o pretérito perfeito do indicativo, 2ª pessoa do plural.
- e) 2.8% fizeram emprego das formas do futuro imperfeito do indicativo, quer na 2ª pessoa do plural (1.4%) quer na 3ª do plural (1.4%)

- f) 1.4% conjugou o verbo no infinitivo presente, 3ª pessoa do plural.
- g) 14.9% fizeram uso de formas anômalas tais como "responderai", "respondai"...

2.1.5-na 3ª pessoa do plural

- a) 69.9% dos inquiridos empregaram o tempo e modo esperados, 2.9% dos quais com a 3ª pessoa do singular, 5.9% com a 2ª do plural e os restantes 61.1% com a pessoa e número adequados.
- b) 2.8% fizeram a utilização do imperativo presente quer na 2ª pessoa do singular, quer na do plural, à taxa de 1.4% para cada caso.
- c) 17.8% passaram o verbo para o presente do indicativo, tanto na 2ª pessoa do plural, como na 3ª do mesmo número, à razão de 4.4% e 13.4% respectivamente.
- d) 1.4% fez aplicação do pretérito perfeito do indicativo, na 2ª pessoa do plural.
- e) 1.4% colocou o verbo no futuro imperfeito do indicativo, na 3ª pessoa do plural.
- f) 4.4% fizeram prática de formas agramaticais, como por exemplo "resolvai".
- g) 1.4% absteve-se de fazer a flexão.

2.2-Irregulares

2.2.1-na 2ª pessoa do singular

- a) 67% utilizaram o conjuntivo presente, sendo 43.2% com a 2ª pessoa do singular e 23.8% com a 3ª do singular.
- b) 11.8% fizeram recurso do presente do imperativo na 2ª pessoa do singular (10.4%) e na 2ª do plural (1.4%).
- c) 14.8% aplicaram o presente do indicativo, na 2ª pessoa do singular (13.4%) e na 3ª pessoa do plural (1.4%).
- d) 1.4% fez a flexão do verbo no infinitivo presente, 3ª pessoa do singular.
- e) 1.4% apresentou forma agramatical do verbo.
- f) 2.9% não responderam à questão.

2.2.2-na 3ª pessoa do singular

- a) 70.1% fizeram a conjugação do verbo na 3ª pessoa do singular do conjuntivo presente
- b) 13.3% apresentaram formas do imperativo afirmativo

sendo 10.4% na 2ª pessoa do singular e 2.9% na do plural.

- c) 2.9% fizeram uso da 2ª pessoa do plural do presente do indicativo.
- d) realizaram a flexão verbal no pretérito perfeito do indicativo, na 3ª pessoa do singular.
- e) 1.4% fez emprego do futuro do indicativo na 3ª pessoa do singular
- f) 5.9% recorreram a formas verbais de flexão agramatical tal como "fiste"...
- g) 2.9% abstiveram-se de apresentar a resposta.

2.2.3-na 1ª pessoa do plural

- a) 44.5% fizeram a utilização do conjuntivo presente, 2.8% na pessoa e número apropriados, 2.9% na 2ª do singular 5.9% na 3ª do singular e 2.9% na 3ª do plural.
- b) 2.9% flexionaram o verbo na 2ª pessoa do singular do imperativo positivo.
- c) 29,6% fizeram aplicação do presente do indicativo na 1ª, 2ª e 3ª pessoas do plural à taxa de 25.3%, 1.4% e 2.9% respectivamente.
- d) 1.4% optou pela forma da 2ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo.
- e) 26.7% apresentaram formas da 1ª e 3ª pessoas do plural do futuro imperfeito do indicativo à razão de 25.3% e 1.4% respectivamente.
- f) 1.4% conjugou o verbo na 3ª pessoa do plural do infinitivo presente.
- g) 7.4% fizeram recurso a formas não gramaticais como "ponhemos"...
- h) 4.4% abstiveram-se de executar a actividade recomendada.

2.2.4-na 2ª pessoa do plural

- a) 28.1% usaram o conjuntivo presente, na 2ª e 3ª pessoas do singular, assim como na 2ª e 3ª pessoas do plural, à taxa de 1.4%, 2.9%, 8.9% e 14.9% respectivamente.
- b) 2.9% fizeram a flexão do verbo na 2ª pessoa do plural do imperativo positivo.
- c) 34.2% empregaram o presente do indicativo na 2ª e 3ª

- peças do plural, com 32.8% e 1.4% respectivamente.
- d) 1.4% fez a conjugação do verbo no pretérito perfeito, 2ª pessoa do plural.
 - e) 2.8% apresentaram formas do futuro imperfeito do indicativo, na 2ª pessoa do singular e na 3ª do plural, à razão de 1.4% para cada caso.
 - f) 28,3% fizeram uso de formas verbais anômalas, tais como "perçais", "perquei", etc.
 - g) 1.4% não respondeu à questão.

2.2.5-na 3ª pessoa do plural

- a) 59.6% dos inquiridos utilizaram o conjuntivo presente, 2.9% dos quais na 2ª pessoa do plural e 56.7% na pessoa e número adequados (3ª do plural).
- b) 7.3%, fizeram emprego do imperativo afirmativo, dos quais 1.4% na 2ª pessoa do singular e 5.9% na do plural.
- c) 20.8% colocaram o verbo no presente do indicativo, sendo 7.4% na 2ª pessoa do plural e 13.4% na 3ª do plural.
- d) 1.4% fez a utilização da 2ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo.
- e) 1.4% aplicou a 3ª pessoa do plural do futuro imperfeito do indicativo.
- f) 7.4% puseram em prática formas agramaticais de flexão verbal como por exemplo "digai"...
- g) 1.4% não respondeu à questão.

3-Análise da flexão dos verbos de tema em I

3.1-Regulares

3.1.1-na 2ª pessoa do singular

- a) 82% dos inquiridos passaram o verbo para o tempo e modo apropriados, sendo no entanto 58,2% os que o fizeram na pessoa e número adequados e 23.8% na 3ª pessoa do singular.
- b) 5.9% dos inquiridos fizeram a aplicação de formas do imperativo afirmativo na 2ª pessoa do singular.
- c) 2.9% apresentaram formas verbais da 2ª pessoa do singular do presente do indicativo.
- d) 1.4% fez recurso do infinitivo presente na 2ª pessoa do singular.



e) 7.4% realizaram a flexão verbal de forma agramatical, como se verifica nos exemplos: "saie", "sáiai"...

3.1.2-na 3ª pessoa do singular

- a) 65.4% fizeram a flexão do verbo no tempo e modo esperados, com as seguintes pessoas e números:
- 2ª pessoa do singular (1.4%)
 - 3ª do singular (62,6%)
 - 2ª do plural (1.4%)
- b) 20.8% empregaram formas do imperativo positivo. Destes, 19.4% fê-lo com a 2ª pessoa do singular e os restantes 1.4%, na 2ª do plural.
- c) 4.3% fizeram uso das formas do pretérito perfeito do indicativo, 1.4% na 2ª pessoa e 2.9% na 3ª, ambas do singular.
- d) 1.4% conjugou o verbo no futuro do indicativo, 3ª pessoa do singular.
- e) 5.9% fizeram emprego de formas anómalas, como "abrai".
- f) 1.4% omitiu a apresentação da resposta.

3.1.3-na 1ª pessoa do plural

- a) 54.9% usaram o tempo e modo adequados. 44,9% desta percentagem corresponde aos inquiridos que fizeram essa flexão na pessoa e número requeridos. Dos restantes, 5,9% fizeram-no com a 2ª pessoa do singular, 1.4% com a 3ª do singular, 2.9% com 3ª do plural.
- b) 2.9% fizeram prática das formas do imperativo positivo na 2ª pessoa do singular.
- c) 20.7% utilizaram as formas do presente do indicativo, na 2ª pessoa do singular e na 1ª e 2ª do plural, à razão de 1.4%, 17.9% e 1.4% respectivamente.
- d) 11.8% fizeram aplicação do futuro do indicativo na 1ª e 3ª pessoas do plural a uma percentagem de 10.4% e 1.4% respectivamente.
- e) 1.4% colocou o verbo na 3ª pessoa do singular do infinitivo presente.
- f) 7.4% fizeram utilização de formas anómalas tal como "partemos".

3.1.4-na 2ª pessoa do plural

- a) 22.1% aplicaram as formas verbais do presente do con-

juntivo, 7.4% na pessoa e número requeridos, 2.9% na 2ª pessoa do singular, 1.4% na 3ª do singular e 10.4% na 3ª do plural.

- b) 5.8% fizeram recurso às formas do imperativo afirmativo, tanto da 2ª pessoa do singular, como da do plural, à razão de 1.4% e 4.4% respectivamente.
- c) 20.7% passaram o verbo para:
 - 1ª pessoa do plural (1.4%),
 - 2ª pessoa do plural (14.9%),
 - 3ª pessoa do plural (4.4%)
 do presente do indicativo
- d) 1.4% fez a conjugação do verbo na 2ª pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo e igual percentagem na 3ª pessoa do plural do futuro do indicativo.
- e) 7.2% apresentaram as formas do infinitivo presente na 2ª pessoa do singular e do plural e na 3ª do plural a uma percentagem de 1.4%, 1.4% e 4.4% respectivamente.
- f) 40.2% fizeram uso de formas verbais incorrectamente flexionadas, como "exigeis", "exijai", "exigirai" etc.

3.1.5-na 3ª pessoa do plural

- a) 64% flexionaram o verbo no conjuntivo presente, sendo 1.4% na 3ª pessoa do singular, 4.4% na 2ª do plural e os restantes 58.2% na 3ª do plural.
- b) 5.8% fizeram emprego das formas do imperativo afirmativo na 2ª pessoa do singular e do plural a uma percentagem de 2.9% e 2,9% respectivamente.
- c) 17.7% recorreram ao presente do indicativo: 1.4% na 1ª pessoa do plural, 2.9% na 2ª do plural e 13.4% na 3ª do plural.
- d) 1.4% fez aplicação das formas do pretérito perfeito do indicativo na 2ª pessoa do plural. Idêntica percentagem registou-se na utilização da 3ª pessoa do plural do futuro imperfeito do indicativo. A mesma percentagem ainda verificou-se no emprego da 3ª pessoa do plural do infinitivo presente.
- e) 7.4% conjugaram o verbo de forma anómala. Ex: "cumprai"

3.2-Irregulares

3.2.1-na 2ª pessoa do singular

- a) 71.5% empregaram o tempo e o modo adequados. Destes, 40,2% na pessoa e número apropriados (2ª do singular) e 31,3% na 3ª pessoa do singular.
- b) 4,3% usaram formas do imperativo positivo, sendo 2.9% na 2ª pessoa do singular e 1.4% na 2ª do plural.
- c) 20.8% flexionaram o verbo no presente do indicativo, 17,9% dos quais na 2ª pessoa do singular e 2,9% na 2ª do plural.
- d) 1,4% optou pelo futuro do indicativo na 3ª pessoa do singular. Esta mesma percentagem corresponde aos inquiridos que não flexionaram o verbo de forma normal.

3.2.2-na 3ª pessoa do singular

- a) 62,6% flexionaram o verbo no tempo, modo, pessoa e número esperados. No mesmo tempo e modo também se verificaram respostas correspondentes a uma percentagem global de 4.2% que se distribuem equitativamente pela 2ª pessoa do singular, 2ª e 3ª do plural.
- b) 16.3% colocaram o verbo no imperativo, sendo 14.9% na 2ª pessoa do singular e 1.4% na 2ª do plural.
- c) 2.9% usaram o verbo no presente do indicativo, 2ª pessoa do singular.
- d) 4.3% empregaram o pretérito perfeito do indicativo, na 2ª pessoa do singular e na 3ª pessoa do mesmo número à razão de 1.4% e 2.9% respectivamente.
- e) utilizando o futuro do indicativo, na 3ª pessoa do singular, registou-se uma percentagem de 2.9%.
- f) Dos 5.8% restantes, 4.4% flexionaram o verbo de maneira anómala e 1.4% omitiu a resposta.

3.2.3-na 1ª pessoa do plural

- a) 65.4% optaram pelo presente do conjuntivo, mas 52,2% foi a percentagem dos que o fizeram no tempo e modo requeridos. Dos restantes, 2.9% usaram a 2ª pessoa do singular, 8.9% a 3ª do singular e 1.4% a 3ª do plural.
- b) 17.8% utilizaram o presente do indicativo na 1ª e 2ª pessoas do plural a uma percentagem correspondente

- de 16.4% e 1.4% respectivamente.
- c) 1.4% empregou o futuro do indicativo na 1ª pessoa do plural. Percentagens idênticas corresponderam ao número daqueles que usaram a 3ª pessoa do singular e do plural do infinitivo presente.
- d) Dos restantes 11,8%, 10,4% flexionaram o verbo de forma anômala e 1,4% não apresentou a resposta à pergunta.

3.2.4-na 2ª pessoa do plural

- a) 19.1% dos quais 1,4% na 2ª e 3ª pessoas do singular, 7.4% na 2ª pessoa do plural e 8.9% na 3ª pessoa do plural, foram os que flexionaram o verbo no tempo e modo requeridos.
- b) 2.9% empregaram a 2ª pessoa do plural do imperativo.
- c) 19.3%, dos quais 1.4% na 2ª pessoa do singular e 17,9% na 2ª do plural, empregaram o presente do indicativo.
- d) 1.4% empregou o pretérito perfeito na 2ª pessoa do plural.
- e) 10.3% dos quais 8.9% na 2ª pessoa do plural e 1.4% na 3ª do mesmo número flexionaram o verbo no futuro do indicativo.
- f) 13.3% dos quais 10.4% na 2ª pessoa do plural e 2.9% na 3ª do mesmo número, flexionaram o verbo no infinitivo presente.
- g) Dos 32.7% restantes, 29.8% flexionaram o verbo de forma anômala e 2.9% abstiveram-se de apresentar a resposta.

3.2.5-na 3ª pessoa do plural

- a) 59.5%, dos quais 1.4% na 2ª pessoa do singular, 4.4% na do plural e 53.7% na 3ª do plural conjugaram o verbo no presente do conjuntivo.
- b) 5.8% dos quais 1.4% na 2ª pessoa do singular e 4.4% na do plural colocaram o verbo no imperativo.
- c) 7.3% usaram o presente do indicativo, 2.9% na 2ª pessoa do plural e 4.4% na 3ª do mesmo número.
- d) Empregando o pretérito perfeito do indicativo na 2ª pessoa do plural registou-se uma percentagem de 1.4%.
- e) 5.8% dos quais 1.4% na 3ª pessoa do singular e 4.4%

- na 3ª do plural, empregaram o futuro do indicativo.
- f) Uma percentagem de 2.8% equitativamente distribuída pela 2ª e 3ª pessoas do plural registou-se no emprego do infinitivo.
- g) Dos 16.3% restantes, 14.9% flexionaram o verbo de forma anómala e 1.4% omitiu a resposta.

4-Análise dos dados

Uma análise aos dados anteriormente descritos permite as seguintes constatações:

4.1-Pessoa gramatical com melhor índice

De forma global, isto é, considerando os verbos de ambas as flexões (regular e irregular) dos três temas, constata-se que a pessoa gramatical empregue de forma correcta é a terceira, que apresenta uma taxa de utilização correcta global de 59,6%. Comparando-se os dois números (singular e plural) verifica-se que o singular apresenta um maior índice de utilização correcta de 61.1% contra 58,1% do plural.

Tendo em conta a flexão dos verbos (regulares e irregulares) verifica-se que a percentagem mais alta de emprego correcto dos verbos no imperativo negativo ocorre com os irregulares que registam uma taxa de 61.1% contra os 58% dos regulares. Quanto ao número, o singular dos verbos irregulares é o que se apresenta com melhor índice de flexão correcta de 64.6%. Com menor índice, encontra-se o singular dos verbos regulares, com 57.5%.

Utilizando-se como critério de comparação o tema dos verbos, verifica-se que a maior percentagem de emprego correcto do imperativo negativo se regista nos verbos de tema em E com 60% de taxa, e a menor, nos de tema em I, com 59,2%. O número que exhibe maior frequência de correcção é, neste caso, o singular dos verbos de tema em I, com 62.6%, sendo o mais baixo, o plural dos verbos de tema em I, com 55.9%.

Confrontando-se os verbos regulares dos diferentes temas, os de tema em I apresentam uma utilização

correcta mais frequente, com 60.4% e os de tema em E com a mais escassa (56.6%). O número gramatical mais correctamente utilizado neste caso, é o singular dos verbos de tema em I com 62.6% e o de mais baixo índice é o singular dos verbos em E com 52.2%.

O confronto dos verbos irregulares dos três temas permite verificar, finalmente, que o mais alto índice de realização correcta dos verbos no imperativo negativo ocorre nos irregulares de tema em E, com 64,4% e o mais baixo, nos irregulares de tema em I, com 58,1%. Neste caso, o número com frequência correcta mais alta é o singular dos de tema em E, com 70,1% e o que regista frequência mais baixa é o plural dos verbos de tema em I, com 53,7%.

A comparação dos verbos regulares e irregulares de tema em A permite verificar que a utilização mais correcta do verbo no conjuntivo ocorre nos verbos irregulares, com 61,8%, contra 57,4% dos regulares. O plural, neste caso, é o número que ostenta o índice mais alto de realização correcta com 62.6% nos verbos irregulares.

Nos verbos de tema em E, a maior percentagem do uso correcto do verbo no modo em questão, regista-se nos irregulares com 63,4%, contra 56,6% dos regulares. O singular, neste contexto, aparece com melhor taxa-70,1%.

Nos verbos de tema em I, os regulares apresentam-se com uma taxa de 60,4%, contra 58,1% dos irregulares. O singular revela-se neste caso o número com frequência percentual de utilização correcta mais alta (62,6%) tanto nos regulares como nos irregulares.

4.2-Os problemas na flexão do imperativo negativo

Começando-se com uma análise por confronto dos verbos de ambas as flexões e dos três temas em conjunto, verifica-se que a pessoa gramatical com o índice mais baixo de realização correcta é a segunda, a qual exhibe uma taxa de apenas 28.5% do total dos inquiridos. Ao plural cabe a taxa de 13.1% e ao singular a de 43,9%.

Quanto à flexão, o nível mais baixo de emprego do modo imperativo na forma negativa, com a segunda pessoa

regista-se nos verbos irregulares em que ocorre uma frequência de apenas 23,5% contra 33,5% dos regulares. O plural aparece com a percentagem mais baixa, neste caso, nos verbos irregulares (9,9%) contra 50,7% do singular nos regulares.

Se se comparar os temas dos verbos, verifica-se que a 2ª pessoa é utilizada correctamente com frequência mais baixa nos verbos de tema em E, exibindo uma percentagem de 24,9% sobre o total dos inquiridos. A frequência mais alta observa-se nos verbos de tema em A, que têm uma taxa de 32,4%. Neste caso, o plural é o que se manifesta com o nível de emprego correcto mais baixo numa percentagem de 7,4% nos verbos de tema em I.

Confrontando-se só os verbos regulares (dos três temas) constata-se que sobre os de tema em E recai a percentagem mais baixa de utilização da segunda pessoa com 23,8% contra 44% dos verbos de tema em A. Por este critério, verifica-se também que o plural dos verbos de tema em I exibem o nível mais baixo de uso correcto do imperativo negativo na segunda pessoa com 7,4% contra o singular dos verbos de tema em A que apresenta uma taxa de 59,7%.

Nos verbos irregulares, a segunda pessoa ocorre com um índice de utilização correcta mais baixo nos verbos de tema em A com 20,8%, sendo o mais alto registado nos verbos de tema em E, 26%. O número menos frequente e menos correctamente realizado, desta pessoa gramatical nos verbos irregulares é o plural dos de tema em I, que ostenta uma percentagem de 7,4% contra 42,3% do singular dos de tema em E.

Fazendo-se ainda o confronto entre os verbos regulares e irregulares dos diferentes temas, obtém-se a situação seguinte:

-Nos de tema em A, os regulares apresentam-se com a flexão correcta de maior percentagem na 2ª pessoa, 44%, contra 20,8% dos irregulares. Neste caso, o plural é o número menos correctamente empregue nos verbos irregulares com uma taxa de 13,4% contra 59,7% do singular dos re-

gulares.

-Nos verbos de tema em E a segunda pessoa é menos correctamente flexionada nos regulares, com 23,8% contra 26% dos irregulares, sendo o plural, o número com o índice mais baixo de utilização correcta, com 8,9% nos irregulares, contra 43,2% do singular, também dos irregulares.

-Finalmente, nos verbos de tema em I, os irregulares são os menos correctamente flexionados na segunda pessoa, apresentando uma cifra de 23,8% contra 32,8% dos regulares. O plural apresenta aqui o nível mais baixo de utilização correcta (7,9%) tanto nos regulares como nos irregulares.

A conjugação correcta do verbo no imperativo negativo, primeira pessoa do plural (nós) apresenta-se com uma taxa global de 46,7% em relação ao total dos inquiridos. Contudo, analisando-se o seu comportamento em termos parcelares observa-se a seguinte situação:

Comparando-se os verbos regulares e irregulares verifica-se que a maior frequência de utilização correcta se regista nos regulares, com 56,1%, contra 37,2% nos irregulares.

Por temas, constata-se que é nos de tema em A e I que ocorre a frequência mais alta de conjugação correcta de verbos no imperativo negativo com nós, com 48,4% de taxa, contra os 43,2% dos verbos de tema em E.

Confrontando os verbos regulares (dos três temas) entre si, observa-se que é nos regulares de tema em A que se regista o índice mais alto de utilização correcta do imperativo negativo, onde a primeira pessoa do plural surge com 70,1% seguido dos verbos de tema em E com 53,7%. Os de tema em I apresentam o índice mais baixo, com 44,7%.

Nos verbos irregulares, a primeira pessoa do plural é mais correcta e frequentemente utilizada (para a realização do imperativo negativo) nos verbos de tema em I, com 52,2%, contra 26,8% dos de tema em A.

A partir da observação do que acabou de se apre-

sentar, pode concluir-se que o imperativo negativo ostenta o seguinte comportamento:

- a) Considerando os verbos em termos de tema, verifica-se que a flexão mais correcta se regista nos de tema em A com uma taxa global de 46,4%, seguindo-se os de tema em I com a percentagem de 44,7%. Os de tema em E registam o índice mais baixo com 42,6% de utilização correcta.
- b) Quanto à flexão, os verbos regulares apresentam o índice mais alto de emprego correcto do imperativo negativo com 47,8% contra 41,3% dos verbos irregulares.
- c) Sob o ponto de vista de pessoa e número, o índice mais alto de realização correcta do imperativo negativo observa-se na terceira pessoa do singular, com você, que apresenta a percentagem de 61,1%, seguido da 3ª do plural com vocês que tem a percentagem de 58,1%. A 1ª pessoa do plural com nós situa-se em terceiro lugar com 46,7% de frequência correcta seguido da 2ª pessoa do singular com tu que ostenta uma percentagem de 43,9%. A 2ª pessoa do plural é a que se apresenta com o nível de realização correcta mais baixo, com apenas 13,1%.

5-Hipóteses de explicação das ocorrências

Perante os dados obtidos e acabados de descrever, vai-se em seguida lançar algumas hipóteses de explicação desses resultados.

5.1-Resultados obtidos em relação ao tema verbal

Verificou-se que é nos verbos de tema em A que a realização correcta do imperativo encontra a sua expressão percentual mais significativa e nos de tema em E, a mais baixa. De entre as causas que concorrem para a primeira situação pode-se apontar sem dúvida o facto de aquele tipo de verbos ser o mais vulgar. Com efeito, os verbos de tema em A constituem o grupo que mais frequentemente é utilizado na comunicação corrente. Por outro lado, é esse o grupo que geralmente se apresenta em primeiro lugar ao aprendiz da língua. Por isso, poucas seriam as razões que levariam um estudante da 10ª classe a revelar total ignorância da sua conjugação.

A segunda situação, isto é, a ocorrência da flexão correcta mais baixa do imperativo negativo nos verbos de tema em E não denuncia qualquer razão aparente. O mais provável é que isso esteja ligado ao tipo de verbo dado a flexionar no teste, verbo encher. Esta afirmação resulta do facto de que, feita a comparação da realização do imperativo negativo com a 2ª pessoa do singular nos verbos regulares dos três temas, verifica-se que só nos de tema em E é que a percentagem de realização correcta se revela acentuadamente baixa (34,3%), contra 59,7% dos verbos de tema em A e 58,2% dos de tema em I. Esta grande diferença leva a presumir-se que é no próprio verbo que se encontra o problema e não nos verbos deste tema de forma geral. Aliás, o mesmo verbo teve uma percentagem de realização correcta de 69,3% na 2ª pessoa do singular do presente do conjuntivo, forma que se devia usar na conjugação do imperativo negativo. Portanto, uma hipótese a colocar é que a baixa acentuada verificada naquele verbo, se deve à própria utilização que os inquiridos fazem do verbo na situação de comunicação normal. Estes, provavelmente, não empregam este verbo no conjuntivo presente da 2ª pessoa com tanta frequência, nos seus enunciados normais de expressão de ordem, preferindo a sua substituição ou pela 3ª pessoa ou pelo imperativo ou ainda pelo presente do indicativo.

O emprego destacado da 3ª pessoa do conjuntivo presente explica-se pelo facto de se observar uma tendência acentuada de substituição sistemática da 2ª pessoa (de ambos os números) pela terceira, como oportunamente será referido.

5.2-Em relação à flexão verbal

A justificação do maior índice de realização correcta do imperativo negativo nos verbos regulares é mais evidente, pois, estes, tal como os de tema em A são mais numerosos comparativamente aos irregulares, são de utilização mais frequente e a sua aprendizagem processa-se quase permanentemente. Pelo próprio facto de serem regulares, dispensam o conhecimento da conjugação indi-

vidual de cada um, bastando o domínio dos morfemas flexionais para se poderem conjugar correctamente. Isto não acontece, pelo contrário, com os verbos irregulares. Estes são menos frequentes, porque menos numerosos, e a sua conjugação correcta requer o conhecimento individual de cada um, uma vez que, tendo um tema variável, cada um apresenta uma forma própria de conjugação. A aprendizagem deste tipo de verbos é, por conseguinte, menos frequente e de certo modo mais penosa. Portanto, como se dominam mal, raras vezes se usam, sendo quase sempre substituídos por formas perifrásticas.

5.3-Sobre as pessoas e números

Os dados apresentados mostram que a pessoa gramatical com uma expressão percentual de utilização correcta mais alta é a segunda do singular e do plural com você e vocês, respectivamente, seguida de primeira do plural com nós, e por fim pela segunda do singular com tu e do plural com vós.

Estes dados revelam assim, uma tendência crescente de substituição do pronome tu no tratamento interpessoal pelo pronome você, tal como se verifica em algumas variantes do português como a do Brasil. As causas que determinam esta substituição devem ser de natureza diversa, cuja identificação requereria um estudo mais profundo. Contudo, uma delas deve ser certamente a influência exercida por aquelas outras variantes de português que chegam ao falante moçambicano não só por via de contactos interpessoais como por meios audio-visuais. De facto, hoje é grande o contacto que os moçambicanos têm com falantes nativos de outras variantes de português ou com pessoas que tenham aprendido esta língua. E a assimilação dessas variantes torna-se fácil se se considerar que o português em Moçambique está em processo de formação.

Por outro lado, através das telenovelas e outros programas televisivos, em regra provenientes do Brasil, os residentes de Maputo, local onde se realizou a investigação, vão assimilando a variante do português do Bra-

sil.

Outra razão é que o pronome tu há muito é considerado uma expressão de falta de respeito e de consideração para com o interlocutor. Este facto resulta em parte do modo como essa forma de tratamento era empregue no passado colonial. Nessa altura, frequentes vezes o tratamento por tu era reservado a pessoas de condição social considerada inferior, pretendendo-se com ele manifestar uma posição de superioridade do falante em relação ao ouvinte.

Estas e outras são, pois, as razões que ditam a frequente substituição de tu por você. Esta substituição, porém, não é feita sem problemas. Por se saber que você substitui o tu e por se ignorar que o emprego de você exige a selecção da terceira pessoa do singular do verbo, utiliza-se você ou vocês com as mesmas formas verbais que tu e vós desencadeiam.

Outro problema é que as formas você/vocês parece estarem a perder ou já perderam a sua função de demarcar um certo grau de relacionamento, diferente do designado por tu. Tu e você substituem-se hoje com tanta facilidade como se fossem sinónimos. Daqui resulta que determinado interlocutor, no mesmo acto de comunicação, é tratado arbitrariamente por tu e por você, gerando-se os problemas de concordância verbal anteriormente referidos.

A situação descrita tem relação com a utilização de outras formas de tratamento. Muitas vezes, ouve-se proferir um enunciado como: Senhor Director, achas que procedi mal?. Neste caso, o falante por não lhe ter sido ensinada de forma sistemática a concordância e também por estar consciente de que o seu interlocutor ocupa a posição de segunda pessoa no acto de comunicação, não hesita em fazer concordar a forma verbal com esta pessoa, em lugar de ser com a terceira, que aquela forma de tratamento exige.

Por último, uma breve referência ao emprego da segunda pessoa do plural com vós.

Como se viu, anteriormente, é esta a pessoa gramatical que apresenta os índices mais baixos de utilização nos verbos. Este facto encontra cobertura na explicação apresentada sobre a substituição de tu por você. Contudo, no caso de vós a situação é mais nítida comparativamente ao tu. Vós praticamente deixou de se usar na comunicação corrente, ouvindo-se apenas em determinadas circunstâncias especiais, tais como discursos religiosos. Confirma-se, assim, a constatação de Mira Mateus, segundo a qual tal forma pronominal deixou de ser usada em quase todas as variantes do português moderno.

5.4-Influência de outros modos verbais

Além do que anteriormente foi referido, a análise dos dados permite verificar também que há uma tendência de relacionamento entre o imperativo negativo e o imperativo positivo e indicativo presente.

Quase sempre que o imperativo negativo apresenta uma taxa abaixo de 50% de realização correcta, a percentagem imediatamente próxima (superior ou inferior) ocorre ou no imperativo positivo ou no indicativo presente. Assim, nos verbos regulares de tema em A, a taxa mais baixa regista-se na flexão do imperativo negativo na 2ª pessoa do plural (28.3%). A taxa imediatamente inferior regista-se no presente do indicativo (22.3%), seguida do imperativo positivo (17,9%).

Os verbos irregulares de tema em A constituem uma excepção neste aspecto, pois, a taxa mais baixa de realização do imperativo negativo que se regista na 2ª pessoa do singular (28.3%) é seguida por uma de 29.8% que se observa no conjuntivo presente, 3ª pessoa. Porém, a seguir a esta ocorre a de 13.4% no imperativo positivo e 10.4% no indicativo presente.

Nos verbos de tema em E regulares, a taxa mais baixa é de 34.3%, registada na 2ª pessoa do singular. Esta é seguida por uma de 25.3% no indicativo presente, depois, pela de 16,4% no imperativo positivo. Nos irregulares do mesmo tema, o comportamento é semelhante ao dos irregulares de tema em A. A taxa de 43.2% na 2ª pessoa

do singular, neste caso, é seguida por uma de 23.8% no mesmo modo imperativo, 3ª pessoa. A esta segue-se a de 10.4% no imperativo positivo.

Nos verbos de tema em I regulares, a taxa de 44.7% na 1ª pessoa do plural é seguida por uma de 17.9% no indicativo presente à qual se segue ainda a de 10.4% no futuro do indicativo. Os irregulares deste tema são como os irregulares de tema em A e E, pois, a taxa de 40.2% que se regista na 2ª pessoa do singular é seguida por uma de 31.3% na 3ª pessoa do mesmo. A de 17.9% aparece mais tarde, no presente do indicativo.

Com a segunda pessoa do plural vós a taxa de 7.4% é seguida de 17.9% no indicativo presente e 29.8% em outras formas.

Portanto, sempre que se regista uma taxa inferior a 50% de realização correcta do imperativo negativo, as taxas mais próximas àquela registam-se geralmente ou no modo indicativo tempo presente ou no imperativo positivo. Por esta razão, parece lógico concluir-se que se verifica uma tendência de sobregeneralização da flexão do presente do indicativo na conjugação do imperativo negativo e uma tendência de aplicação incompleta das regras de realização do imperativo negativo, facto que se procurará comprovar através de um teste, no capítulo que se segue.

6-Sumário

Neste capítulo, foram detalhadamente apresentados os resultados obtidos na testagem realizada, em particular através do teste de flexão de verbos no imperativo. Em seguida, foram colocadas algumas hipóteses que se crêem justificar as ocorrências mais salientes que se verificam nesses resultados.

Com esta informação, vai-se proceder, no capítulo que se segue, à apresentação das conclusões finais e das recomendações que se tornarem pertinentes.

CAPÍTULO V
CONCLUSÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A identificação das causas que levam alguns falantes moçambicanos da cidade de Maputo a flexionarem incorrectamente (sob o ponto de vista das normas da gramática do português) o verbo no imperativo negativo é importante na medida em que pode permitir a definição de objectivos instrutivos e conteúdos programáticos de ensino dessa matéria mais realistas e adequados à situação linguística de Moçambique. Por outro lado, Pôde dar um contributo valioso para a definição do perfil da variante linguística do português que se desenha no País.

Estas constituíram, pois, as razões principais que determinaram a realização desta primeira abordagem sobre a flexão do verbo no imperativo negativo, esperando-se que ela venha a ser mais aprofundada em trabalhos posteriores.

Na realização do presente trabalho, uma amostra foi submetida a testes escritos de flexão de verbos no imperativo negativo e no conjuntivo presente. Além destes, foram também realizados inquéritos orais e escritos.

Os resultados a que se chegou não permitem que se possa tirar já conclusões definitivas sobre a questão analisada, uma vez que o tipo de teste usado pode ter tido influência neles.

Com efeito, esses resultados podem ter confirmado mais um conhecimento passivo que os inquiridos têm sobre a matéria testada, do que a forma como eles realizam esse conhecimento na prática diária.

Admite-se essa possibilidade, por um lado, pelo facto de os inquiridos terem tido, no seu antecedente académico, a oportunidade de realizarem a aprendizagem sobre o assunto testado. Por outro lado, o próprio tipo de teste, com a sua semelhança com os que se realizam em situação de ensino-aprendizagem pode ter concorrido para se criar um ambiente psicológico característico

daquela.

Condicionalismos relacionados com a limitação de tempo e a própria natureza da amostra contribuíram para que não tivesse sido possível a aplicação de testes mais abertos, conducentes a respostas menos condicionadas.

Apesar do que acaba de se afirmar, é possível considerar-se a aceitabilidade das hipóteses de que a flexão incorrecta dos verbos no imperativo negativo é devida à sobregeneralização das regras do presente do indicativo e à incompleta aplicação das do imperativo

Com efeito, quando submetidos ao teste estatístico Qui-Quadrado (χ^2) ao nível de significância de 0,05 os dados obtidos deram como resultado um valor superior ao do valor crítico apurado, que foi de 79,08. O valor obtido no teste estatístico foi de $\chi^2=710,68$.

É igualmente possível concluir, com base nos mesmos dados, que o problema da flexão do verbo no modo em questão não é generalizado. Enquanto, por exemplo, a flexão com as formas de tratamento Você, Vocês não oferece dificuldades, o mesmo não se passa com o pronome Tu, cujo emprego revelou uma decadência. Por outro lado, as conclusões a que se chegou sobre a realização do imperativo negativo com Vós são mais concludentes e não deixam dúvidas sobre o seu desaparecimento, comprovando-se a afirmação de Mira Mateus sobre este aspecto.

Se é compreensível o desaparecimento de Tu e Vós por estes encontrarem substitutos em Você e Vocês respectivamente, já se torna mais difícil compreender a reduzida utilização de Nós, para o qual não existe um substituto. Mesmo assim, os resultados a respeito de utilização de Nós mostram que também este é de utilização restrita. Em sua substituição ocorrem formas de diversas características que não permitem qualquer generalização, ficando assim por determinar as estratégias a que os falantes recorrem para a realização de enunciados de expressão de ordem que envolvam o emprego de Nós.

Os resultados relativos às dificuldades de flexão em função do tipo de verbo que se conjuga não trazem novidades. Os verbos de tema em A, os regulares de forma geral e os regulares de cada tema confirmaram-se como sendo os que se flexionam com mais correcção. A única estranheza é causada pelos de tema em E que, contrariamente às expectativas, apresentam um índice de realização correcta mais baixo que os de tema em I, apesar de estes dois tipos apresentarem o mesmo paradigma.

Anteriormente foi referida a frequência da ocorrência de enunciados de expressão de ordem com os pronomes Você e Vocês. Uma das consequências deste facto é que quando o falante emprega o pronome Tu não o faz com exclusividade. Ele permuta as formas Tu e Você frequentes vezes, ao longo do mesmo acto de comunicação, estabelecido com o mesmo interlocutor.

Este fenómeno leva a crer que aquelas formas não são empregues com o sentido que lhes é inerente, e demarcar o grau de relacionamento entre os interlocutores, mas simplesmente como sinónimos uma da outra.

Outra conclusão a que os resultados obtidos conduzem é que a realização incorrecta do imperativo negativo dos verbos parece não ser devida ao desconhecimento do conjuntivo porquanto muitos verbos mal flexionados no imperativo negativo são bem flexionados quando no presente do conjuntivo, de tal modo que se verificou uma diferença percentual da ordem de 20,9%.

Por último, os dados recolhidos nos inquéritos revelaram uma grande disparidade no que se refere ao momento da realização da aprendizagem da flexão do verbo no imperativo pelos inquiridos ao longo da sua carreira académica.

Apesar de todos terem declarado a oportunidade de aprendizagem tida, de forma geral cada um apontou um momento diferente do outro, destacando-se aqueles que indicaram o período correspondente ao ensino primário.

Não foi possível determinar-se as causas desta

disparidade, para o que seria necessário recolher e analisar os programas de ensino referentes aos períodos mencionados. A impossibilidade resultou da difícil localização daqueles, por se referirem a períodos muito recuados.

Outra possibilidade do estudo daquele fenómeno seria através de assistência a aulas por um período suficientemente prolongado que permitisse uma observação rigorosa do tratamento e da metodologia empregues pelos professores. Através de um trabalho desta natureza, seria possível confirmar-se se o problema verificado encontra a sua origem já na elaboração dos programas de ensino e na metodologia utilizada pelos professores, possibilidades estas a que as respostas ao inquérito acima referido nitidamente conduzem.

Pelo que acabou de se afirmar, conclui-se que é importante que esta primeira abordagem sobre a flexão do verbo no modo imperativo, forma negativa, seja retomada com maior profundidade no futuro. Isto permitiria a obtenção de respostas mais consistentes relativamente às questões que se colocam a esse respeito e, consequentemente, a definição, com a devida precisão, do tipo de tratamento a dar ao ensino de enunciados de expressão de ordem bem como a metodologia a empregar nesse ensino.

Outro facto é que o ensino da conjugação de todos os tipos e formas verbais deveria ser feito de forma sistemática e progressiva e até, nas classes mais avançadas, ser feito através da análise da sua estrutura flexional. Esta seria uma das formas de se evitar a repetição cíclica em todas as classes, do ensino dos mesmos tipos de verbos nas mesmas formas flexionais, como acontece; por sua vez, a análise da estrutura flexional conferiria as bases necessárias para que o falante pudesse fazer face à conjugação de qualquer verbo, em qualquer forma.

O que acaba de se sugerir teria obviamente repercussões na própria concepção e elaboração dos pro-

gramas de ensino de português e na formação de professores, particularmente ao nível do ensino primário.

NOTAS

- (1) Cicero ad Atticum
- (2) " ad Familiarem
- (3) " ad Quintum Fratrem
- (4) Terentius, Andria

Trata-se de obras dos clássicos latinos

- (5) Representações extraídas de MATEUS, 1990
- (6) Formas arcaicas

A N E X O S

ANEXO 1-a)

TESTE Nº1

- Coloque, nas formas apropriadas do Imperativo, os verbos que nas seguintes frases se encontram entre parênteses:

I - Considerando que o indivíduo que fala trata a pessoa a quem se dirige por "tu".

1. Não (falar) alto.

2. Não (encher) demasiado o saco.

3. Não (sair) tão tarde.

4. Não (dar) muita importância aos mexericos.

5. Não (fazer) caso do que te disseram.

6. Não (ir) por este caminho.

II - Considerando que o indivíduo que fala trata as pessoas a quem se dirige por "vós":

1. Não (continuar) a pensar dessa forma.

2. Não (responder) às provocações.

3. Não (exigir) coisas impossíveis.

4. Não (estar) tão inquietos com a notícia.

5. Não (perder) a calma perante o sucedido.

6. Não (vir) fora das horas de expediente.

ANEXO 1-b)

3. (partir) antes do amanhecer
_____.
4. (dar) a nossa ajuda a quem precisa
_____.
5. (pôr) estes objectos noutra sítio
_____.
6. (ouvir) com atenção as palavras que nos dirigem
_____.

TESTE Nº 2

Preencha os espaços em branco com os verbos indicados, flexionando-os de forma adequada:

Texto: - "Meu filho, tu já és crescido e deves começar a pensar seriamente no teu próprio futuro".

_____, pois, o que te vou dizer:

(Escutar)

Não _____ pressa em casar pois, ainda tens muito

(ter)

tempo para pensar nisso. _____ nos livros e

(pegar)

_____ com afinco! Não _____ sem que tenhas

(estudar)

(dormir)

preparado as tuas lições, nem _____ frente às

(desfalecer)

dificuldades que certamente irão surgir.

_____ a saber que eu tenho muito orgulho em ti,

(ficar)

por isso, não me _____.

(envergonhar)

EXERCÍCIO Nº 3

Coloque nas formas apropriadas do conjuntivo, os verbos que nas frases seguintes se encontram entre parênteses:

- 1 - Surpreende-me que tu (falar) tão alto.

- 2 - Basta que tu (encher) o saco.

- 3 - Desejo que tu (sair) cedo.

- 4 - É necessário que tu (dar) muita importância ao estudo.

- 5 - Duvido que tu (fazer) caso do que te disseram.

- 6 - Isto faz com que tu (ir) muito cedo.

- 7 - É preferível que vós (continuar) a pensar dessa forma.

- 8 - É importante que vós (responder) a todas as perguntas.

- 9 - É inadmissável que vós (exigir) coisas impossíveis.

- 10 - É deplorável que vós (estar) tão inquietos com a notícia.

- 11 - Peço-vos que (vós) não (perder) a calma perante o sucedido.

28. É recomendável que nós (dar) a nossa ajuda a quem precisa.

29. É aconselhável que nós (pôr) estes objectos noutra sítio.

30. É conveniente que nós (ouvir) com atenção as palavras que nos dirigem.

1) Dados pessoais:

- 1.1. Nome _____ Turma _____ nº _____
1.2. Idade _____
1.3. Naturalidade _____
1.4. Residência (Bairro) _____
1.5. Há quanto tempo vive em Maputo? _____
1.6. Profissão _____

2) Dados linguísticos:

- 2.1. Qual é a sua língua materna (1)? _____
2.2. Quais as outras línguas que fala fluentemente? _____

2.3. Qual das línguas referidas no ponto 2.2. fala mais vezes? _____

2.4. Que língua fala em casa? _____

(1) Língua materna = língua com que aprendeu a falar.

3) Antecedentes académicos:

- 3.1. Qual foi o grau de escolaridade máximo alcançado pelos seus pais?
a) Pai _____
b) Mãe _____
3.2. Onde é que você fez os estudos:
a) Primários _____
b) Secundários _____
3.3. Ao longo da sua carreira estudantil você estudou:
a) A conjugação dos verbos? _____
b) A conjugação dos verbos no Imperativo? _____
c) Em que classe (classes)? _____

.../...

BIBLIOGRAFIA

- 1-ALI, M. Said, 1964: Gramática Histórica da Língua Portuguesa. Edições Melhoramentos. 3ª edição
- 2-AREAL, Américo et al., 1972: Curso de Português. Edições ASA. 3ª edição.
- 3-AZEREDO, Maria Olga et al., 1982: Da Comunicação à Expressão. Edições ASA. 4ª edição
- 4-CAMARA, J. Mattoso, 1979: História e Estrutura da Língua Portuguesa. Padrão-Livraria Editora, Ltd
Rio de Janeiro.
- 5-CAMARA, J. Mattoso, 1983: Manual de Expressão Oral e Escrita. Vozes-Petrópolis. 7ª edição.
- 6-CUNHA, Celso Ferreira da, 1990: Gramática da Língua Portuguesa. FAE, Rio de Janeiro. 12ª edição
- 7-FARIA, Isabel Hub, 1973: Sobre a Formação das Imperativas em Português. Centro de Estudos Filológicos, Lisboa
- 8-FREIRE, António, 1983: Gramática Latina. Braga. 3ª edição
- 9-GONÇALVES, Perpétua: Contribuição para o estudo do imperativo. (texto policopiado)
- 10-HUBER, Joseph, 1983: Gramática do Português Antigo.
Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa
- 11-LYONS, John, 1977: Semantics. Cambridge University Press,
Cambridge. 2º vol.
- 12-LYONS, John, 1986: Linguistique générale-introduction à la linguistique theorique.
- 13-MATEUS, Maria Helena et al., 1990: Gramática da Língua Portuguesa. Livraria Almedina, Coimbra.
- 14-NETO, Serafim da Silva, 1952: História da Língua Portuguesa. Rio de Janeiro, Livros de Portugal
- 15-NOGUEIRA, Rodrigo de Sá, 1986: Dicionário de Verbos Portugueses Conjugados. Classica Editora, Lisboa.

- 16-NUNES, Carmen et al., 1986: Nova Gramática de Português
Didáctica Editora, 13ª edição
- 17-PINTO, J. Manuel de Castro et al., 1987: Gramática do
Português Moderno. Plátano Editora, 2ª
edição.
- 18-RICHARDS, Jack C., 1970: A non-contrastive approach to
error analysis. Oxford University Press
London
- 19-SALVADOR, Maria de Fátima Pacheco, 1981: Rumo à Linguís-
tica. Porto Editora, 1ª edição
- 20-SPIEGEL, M. R., 1972: Estatística: Resumo da teoria, 875
problemas resolvidos, 619 problemas pro-
postos. McGraw-Hill, S. Paulo.
- 21-WILLIAM, Edwin B., 1986: Do Latim ao Português. Rio de
Janeiro, R. J.

E R R A T A

Página	Linha	ONDE SE LÊ	DEVE-SE LER
5	24	lfexão	flexão
6	36	nãopermitirem	não permitirem
7	17	nofacto	no facto
	24	ensi-aprendizagem	ensino-aprendiza- gem
11	6	sies	seis
13	5	...que o verbo o...	...que o verbo é o....
16	11	pocos	poucos
18	18	eles não unã-	eles não são unã
19	29	frses	frases
36	17	...é feita, do tem- po...	...é feita, como também do tempo...
37	36	fzer	fazer
51	34	fizeram no tempo e modo...	fizeram na pessoa e número...
52	20	flexioaram	flexionaram
56	11	o nívelmais	o nível mais
58	1	ocorreência	ocorrência
60	17	desncadeiam	desencadeiam